

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

PALOMA MORAIS LUZ

**A SECA NO PIAUÍ:** Disciplina e trabalho aos pobres migrantes (1877-1879).

PICOS – PI.

2018

PALOMA MORAIS LUZ

**A SECA NO PIAUÍ: Disciplina e trabalho aos pobres migrantes (1877-1879)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito básico para a obtenção de nota da disciplina de TCC II

Professor Orientador: Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

PICOS – PI.

2018

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**

**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**L979s** Luz, Paloma Morais

A seca no Piauí: disciplina e trabalho aos pobres  
migrantes (1877-1879). / Paloma Morais Luz. – 2018.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (79 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em  
História)- Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

1. Seca-Pobreza. 2. Migrantes. 3. Assistência  
pública. I. Título.

**CDD 304.813**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
Coordenação do Curso de Licenciatura em História  
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí  
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: [coordenacao.historia@ufpi.br](mailto:coordenacao.historia@ufpi.br)

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e um (21) do mês de Junho de 2018, no Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Paloma Morais Luz** sob o título **A seca no Piauí: disciplina e trabalho aos pobres migrantes (1877-1879)**.

#### A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Examinador 1: Prof. Me. José Lins Duarte

Examinador 2: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe

Deliberou pela aprovada do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 21 de Junho de 2018.

Orientador (a): Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador (a) 1: José Lins Duarte  
Examinador (a) 2: Agostinho Júnior H. Coe

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por está sempre me guiando, me dando forças por meio da fé, e me fazendo acreditar que é possível, pois sei que em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis, está ao meu lado me dando a força necessária para seguir em frente.

Agradeço também aos meus pais, Francisco e Juciane, pois sem eles sei que nada teria sido possível. Agradeço-os por todo apoio dado ao longo desses nove períodos de curso, por estarem sempre presentes durante a minha formação tornando-a menos difícil, e por todos os momentos em que foram compreensivos nos momentos de maior dificuldade. Obrigada por acreditarem em mim, e me incentivar durante toda minha vida escolar. Sei que sem o apoio de vocês não seria possível, pois me forneceram todas as bases necessárias, e por isso me esforço a cada dia em busca de retribuir tudo o que me dão diariamente. É vocês meu incentivo a buscar um futuro melhor.

A minha irmã Lawany, que durante todo o curso me apoiou e me ajudou nos momentos em que precisei. Obrigada por me auxiliar em alguns momentos na transcrição de fontes de maior dificuldade de leitura.

A toda minha família pelo incentivo cotidiano e por sempre confiarem em mim.

Agradeço também aos professores do curso de história do CSHNB por terem contribuído de modo significativo para minha formação acadêmica, e de modo especial ao professor Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro. Obrigada por ter me orientado no seu projeto de pesquisa de ICV (A seca no Piauí: Disciplina e Trabalho aos pobres migrantes), cuja pesquisa dei continuidade no TCC (Trabalho de conclusão de curso). Agradeço por todas as dicas, sugestões, livros e fontes fornecidas, e ainda, por se fazer sempre presente na construção dessa pesquisa. Sem sua orientação esse trabalho não teria sido possível. Gostaria de agradecer também de modo especial ao professor Dr. Agostinho Jr. Holanda Coe pelas contribuições dadas durante a construção da monografia, desde o projeto de pesquisa, ao TCC I e agora no TCC II; e ao Dr. José Lins Duarte não apenas por ser um professor exemplar, exemplo de humildade e excelente coordenador do curso, mas também por participar da banca de TCC II trazendo contribuições para a pesquisa.

Gostaria de agradecer também a paciência que as minhas amigas de curso (Débora, Joyce, Ruthe e Mariana) tiveram comigo durante todos os trabalhos em que fizemos juntas, e

pela amizade que construímos durante esse tempo. E de modo especial à Débora que além de minha dupla nos diversos trabalhos, se tornou uma grande amiga.

Obrigada a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a construção dessa pesquisa e pela minha formação acadêmica.

*“Dia a dia, com forças que iam minguando, a miséria escalavrava mais a cara sórdida, e mais fortemente os feria com sua garra desapietada. Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol.”*

Raquel de Queiroz, 1930.

## RESUMO

O presente trabalho busca tratar sobre os efeitos da seca de 1877-1879 na província do Piauí, tendo por foco a constante migração de pessoas internamente e externamente, em busca de melhores condições de vida. Diante disso, foi buscado abordar o contexto da seca no referido período e espaço, tratando sobre a situação política e econômica da província piauiense durante o período em questão, segunda metade do século XIX. Além disso, durante o trabalho será dada ênfase aos principais sujeitos atingidos: os pobres que flagelados passaram a migrar constantemente. Nesse sentido, será analisado como esses sujeitos foram retratados nas fontes consideradas oficiais, como, os requerimentos, ofícios e súplicas. Ainda será discutido como esses pobres eram vistos sob a ótica de alguns jornais que circulavam naquele momento como “A época” e “A imprensa”. Para além disso, a referida pesquisa buscou tratar sobre as assistências voltadas aos pobres migrantes durante aquele momento, destacando as mudanças em relação ao ato da caridade e o da assistência propriamente dita. Para tratar a respeito disso, foi necessário falar sobre algumas instituições criadas para prestar auxílio aos migrantes que adentravam a província, bem como para os que migravam internamente, como, por exemplo, a comissão de socorros públicos, importante medida assistencialista.

**Palavras-chave:** Seca; Pobreza; Migrantes; Assistência pública.

## ABSTRACTE

The present work seeks to address the effects of the drought of 1877-1879 in the province of Piauí, focusing on the constant migration of people internally and externally, in search of better living conditions. In view of this, it was sought to approach the context of the drought in the mentioned period and space, dealing with the political and economic situation of the Piauí province during the period in question, second half of the nineteenth century. In addition, during the work will be emphasized to the main subjects affected: the poor that flagellated began to migrate constantly. In this sense, it will be analyzed how these subjects were portrayed in sources considered official, such as requirements, offices and supplications. It will still be discussed how these poor people were viewed from the perspective of some newspapers that circulated at that moment like "The time" and "The press". In addition, this research sought to deal with the assistance provided to the poor migrants during that time, highlighting the changes in relation to the act of charity and that of the assistance itself. In order to deal with this, it was necessary to talk about some institutions created to assist migrants entering the province as well as those who migrated internally, such as the public relief commission, an important assistance measure.

**Keywords:** Drought; Poverty; Migrants; Public assistance.

## **MAPAS E IMAGENS**

Mapa 1 – Carta topographica e administrativa da provincia do Piauhy, 1850.

# Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
1. A SECA NO PIAUÍ.....	18
1.1. O Piauí na segunda metade do século XIX.....	19
1.2. Pobreza retratada nas fontes oficiais.....	26
1.3. Os migrantes nas narrativas dos jornais.....	31
2. O PAPEL DA ASSISTÊNCIA NO PIAUÍ NO CONTEXTO DA SECA.....	40
2.1. Caridade X Assistência: Mudanças Históricas.....	40
2.2. Instituições de auxílio à pobreza.....	44
2.3. Comissões de Socorros Públicos.....	61
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	74

## INTRODUÇÃO

A seca de 1877 a 1879 que assolou a região das províncias do norte provocaram uma série de migrações devido à falta de condições de sobrevivência de diversas pessoas nessas terras como, por exemplo, na província do Ceará e também uma forte migração interna, pois muitas pessoas se deslocaram do sul para o norte Piauí. Desse modo, estas buscaram outros rumos em busca de sobrevivência como, por exemplo, o Amazonas. Seguiram em busca de trabalho para buscar condições de vida, visto que, na sua região de origem, essa subsistência se via dificultada por conta das constantes estiagens. Entretanto, muitos, por falta de condições para continuar o percurso, tanto físicas, quanto econômicas, se estabelecem na província do Piauí. Isso faz com que seja notada uma série de preocupações dos dirigentes da província quanto à forma como essa região irá lidar com o problema da migração e dos “famintos” que invadiam a província.

Diante desse contexto, naquele momento histórico houve uma fixação de diversos migrantes na Província do Piauí, fazendo com que surgisse para as autoridades, um novo problema: a presença constante e em grande número de “indigentes” que eram constantemente vistos pelas elites locais como sujeitos ignóbeis e sem querer assumir nenhum trabalho regular. Diante disso, as autoridades necessitavam criar mecanismos para conter os problemas trazidos pelos migrantes. Com isso, foram criadas medidas de intervenção para que essas pessoas não trouxessem problemas sociais e não atrapalhasse a “boa ordem” buscada pelas autoridades da Província. Como exemplo disso, tem-se a criação de núcleos coloniais que naquele período, serviram também como meio de afastar essa população migrante para o interior, utilizando sua mão de obra como força de trabalho, além disso, a criação de comissões de socorros, com ajudas vindas da corte que serviram para enviar esses migrantes para fora da província ou para a aquisição de alimentos, vestuários e medicamentos.

O tema em questão surgiu como proposta de pesquisa a partir da participação em um projeto de ICV (Iniciação Científica Voluntária) coordenado pelo professor doutor Francisco Gleison da Costa Monteiro, tendo como título “A seca no Piauí: Disciplina e trabalho aos pobres migrantes (1877-1879)”, o qual trata do referido problema: a presença migrante no Piauí durante a seca de 1877/79. Diante de uma maior aproximação com a história do Piauí, assim como também da percepção de que muitas classes são esquecidas ou até mesmo ocultadas da produção historiográfica, como é o caso dos migrantes pobres que vagavam em busca de meios de sobrevivência, a pesquisa surge como tentativa de construir uma história

regional dando visibilidade à vida desses sujeitos. São poucos os historiadores que problematizam o Piauí oitocentista nas suas pesquisas, sendo ainda mais escassa, a produção de uma história que trate sobre esses sujeitos “marginais”. Diante disso, a pesquisa visa contribuir para a construção de uma história que trate sobre o Piauí, enfocando, como já foi dito, os sujeitos que mais sofreram com o fenômeno da seca naquele momento. Assim sendo, além de ser uma produção histórica que tratará sobre o Piauí oitocentista, colocará os sujeitos antes esquecidos como centro da discussão histórica.

Portanto, o referido trabalho se faz importante na medida em que irá ter como foco algumas questões ainda pouco estudadas como as consequências da seca de 1877/79 para a população pobre, e para a Província, pois, a maioria das produções que tem como espaço o Piauí foca o lugar social da elite, sendo deixado à margem, ou levado ao esquecimento, os homens pobres livres que viveram aquele momento.

Perante estas questões, surgiu a inquietação de problematizar as experiências desses sujeitos, com base em fontes manuscritas do Arquivo Público do Piauí, tais como: requerimentos, ofícios, súplicas etc., e relatórios provinciais. Mediante este acervo, começamos a perceber que as autoridades tratavam a respeito dos problemas advindos com a presença migrante. Assim problematizamos: como essa população migrante se instalou no Piauí? Como era vista e tratada pela elite? Como essa população passou a viver e sobreviver na capital e nas vilas por onde passavam?

Diante estas indagações também buscamos um diálogo profícuo com os jornais, em especial os jornais “A Época: Órgão Conservador (PI)” e “A imprensa: Periódico Político (PI)”, todos coletados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>1</sup>, que nos trás diversas informações e notícias a respeito dos migrantes, da vivência desses na Província, assim como também da deficiência das políticas de assistência existentes naquele momento.

Com base na análise e problematização de tais fontes, surgiram algumas questões que nos inquietaram a respeito da presença desse contingente de migrantes na província do Piauí no período que vai entre 1877/79 como, por exemplo: como esses eram percebidos pelas elites? Quais assistências foram prestadas pelos governos? Quais foram os meios de controle e disciplina arquitetados pelos presidentes provinciais? Por que o fenômeno foi sentido de modo tão intenso?

---

<sup>1</sup> Site disponível: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Diante do diálogo entre as fontes já mencionadas e a leitura de autores que tratam a respeito dessas questões, buscaremos compreender os efeitos da seca na Província do Piauí, bem como a situação socioeconômica dessa província naquele momento. Além disso, será buscado analisar a vida dos pobres migrantes, que afetados pela seca de 1877/79, adentraram no Piauí, assim como também dos sujeitos naturais dessa província que passaram a migrar internamente. A pesquisa que se segue, buscará compreender também como eram feitas as medidas de auxílio aos pobres migrantes que adentravam na província do Piauí, como por exemplo, a comissão de socorros, os núcleos coloniais, colégios, prisões, hospitais e hospícios, sendo ressaltado que essas, mais que ajudar, visava também impor a disciplina e controlá-los.

É importante ressaltarmos que devido às fontes serem “parciais”, ou seja, apresentarem o ponto de vista e a intencionalidade de quem as produziu, tem-se a necessidade de um maior esforço de interpretação quanto a essas, pois devemos problematizá-las para que não seja apenas reafirmado o que elas trazem. Os documentos manuscritos trazem em sua maioria as visões das autoridades a respeito da situação existente durante a seca, assim como também a respeito dos migrantes. É frequente na documentação analisada, por exemplo, termos pejorativos quando se referem aos sujeitos pobres que adentraram a província. Para, além disso, algo que contribuiu para dificultar o trabalho com essas fontes foi a transcrição das mesmas que repletas de abreviaturas e rasuras, requereram um grande esforço, e ainda, a dificuldade em encontrar informações e dados referentes à Província do Piauí, bem como de percebermos com mais detalhes quem eram de fato esses sujeitos.

O estudo de tais questões se faz importante pelo fato de haver poucas pesquisas a respeito da história piauiense imperial, sendo a pesquisa uma possibilidade de entendermos melhor as relações de poder existentes entre os pobres migrantes e as autoridades naquele contexto, e até mesmo a respeito do contexto piauiense no fim do século XIX (sociedade e economia). Com isso, é relevante, pois contribui para a história regional do Brasil durante o império.

Poucos são os trabalhos que tratam sobre o Piauí no século XIX, e principalmente sobre as classes pobres que viviam à margem daquela sociedade, ficando por muito tempo, exclusas da historiografia. Diante disso, o trabalho em questão além de buscar trazer contribuições para a história piauiense oitocentista, tratando sobre um tema que perdura na região por muito tempo – a seca, buscará também falar sobre as classes que por muito tempo foram esquecidas ou até mesmo ocultadas da história. Sendo assim, a pesquisa se faz importante não apenas no âmbito da Universidade Federal do Piauí, lugar social de que partiu

sua produção, mas também para a sociedade acadêmica como um todo que se interesse pela leitura do tema.

Para a construção da pesquisa foram utilizados autores que tratam a respeito do contexto da seca, das classes pobres, bem como também sobre a situação socioeconômica que o Piauí vivia naquele momento de seca. Uma das principais bibliografias que contribuiu para a pesquisa foi da historiadora Maria Mafalda Baldoíno de Araújo<sup>2</sup>. Ela analisa, por exemplo, o cotidiano e a vivência dos sujeitos pobres que vagavam pelas ruas de Teresina, então, capital da Província, em busca de sobrevivência. Destaca ainda que esses eram mal vistos, pois naquele momento surgia a preocupação em civilizar a cidade, e, portanto, esses sujeitos passaram a ser vistos como “atraso social”.

Para além dessa autora, Domingos Neto e Borges (1987) serão de grande importância para o trabalho, pois trazem diversas questões bastante pertinentes para se pensar a respeito da seca. Segundo eles, esse fenômeno não teria sido natural do Piauí, mas se tornou um problema para a província, quando adentrou ao território uma série de migrantes fugindo da fome e buscando condições de sobrevivência. Além disso, trazem problemáticas importantes também em relação à perpetuação do problema da seca, enfocando, por exemplo, a falta de políticas que busquem solucionar o problema em longo prazo.

Tais questões são também pensadas por Araújo<sup>3</sup> que mais uma vez trás contribuições para a pesquisa, abordando acerca das relações de poderes surgidas com o problema da seca na região. Segundo ela, esse problema teria sido utilizado por alguns (elite) como meio de aumento de poder econômico. Tais autores falam também sobre os efeitos que essa seca casou na Província do Piauí com a entrada de migrantes.

Barboza<sup>4</sup> será também citado no trabalho na medida em que fala acerca da necessidade de tomada de medidas assistencialistas durante a seca no fim do século XIX, bem como sobre os efeitos que essa inserção de migrantes trouxe para a província.

Ainda a respeito desses sujeitos pobres, Monteiro<sup>5</sup> trará diversas contribuições na medida em que fala sobre a vivência desses sujeitos naquele período, bem como acerca da visão que as autoridades tinham sobre esses sujeitos e ainda, da busca pela imposição do

---

<sup>2</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina.** Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

<sup>3</sup> Id., 1991.

<sup>4</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. **Zonas de contato no Piauí oitocentista: rotas de retirantes e escravizados.** Artigos Vozes, Pretérito & Devir Ano I, Vol. I, Num.2, 2013.

<sup>5</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016

trabalho como meio de combate à “ociosidade”. Diante disso, será também referência importante para a pesquisa.

Santana<sup>6</sup> contribuirá de forma significativa para o trabalho, pois, aborda diversas questões acerca dos efeitos da seca e da necessidade de criação medidas de caráter assistencialistas, analisando o, então, novo problema piauiense e a tentativa de conter essas pessoas. Além disso, trata ainda sobre o contexto piauiense naquele período, em que era buscada pelas autoridades uma maior civilidade e modernização.

Para além dos autores que tem como foco a seca e os migrantes, Costa Filho<sup>7</sup> será referência também na pesquisa na medida em que fala acerca da situação social e econômica piauiense no período que vai da metade até o fim do século XIX.

Outras referências serão citadas durante o decorrer da pesquisa, como Olivenor<sup>8</sup> que trata sobre esses sujeitos pobres na Província do Ceará, nos fornecendo, então, uma referência para compararmos os efeitos da seca nesses dois espaços. Além desses autores, outros serão citados ao longo do trabalho como Foucault<sup>9</sup>, Rêgo<sup>10</sup>, Silva<sup>11</sup> e ainda uma referência literária: Queiroz<sup>12</sup>.

Desse modo, buscamos trazer para a pesquisa autores que tratam acerca das questões ligadas à seca de 1877-79, tendo por foco os autores que tratavam sobre os sujeitos mais afetados pelo problema: os pobres migrantes e as estratégias estruturadas pelas autoridades para conter esses.

O primeiro capítulo, “*A seca no Piauí*” abordará acerca dos efeitos da seca na Província do Piauí sentidos de modo mais forte, com a entrada de migrantes no território. Será buscado também abordar nesse capítulo “*O Piauí na segunda metade do século XIX*”, que falará sobre o contexto piauiense naquele momento, sua economia e sua organização social. Ainda será discutido sobre a “*Pobreza retratada nas fontes oficiais.*”, ou seja, como que essa

<sup>6</sup> SANTANA, Márcia C. B. . Assistência e Combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920). 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

<sup>7</sup> COSTA FILHO, Alcebíades. **Atividades econômicas e sociedade**. In: A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850 – 1889). Teresina : Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

<sup>8</sup> OLIVENOR, José. **Metrópole da fome: a cidade de fortaleza na seca de 1877-1879**. In: NEVES, Frederico de Castro & SOUZA, Simone de. (Orgs). Fortaleza: História e cotidiano – seca. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2002.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** – 25 ed. – São Paulo: Graal, 2012.

<sup>10</sup> RÊGO, Ana Regina ou Rêgo, a.r.b.l . **Jornais monarquistas piauienses** - mapeamento da temática republicana no final do segundo reinado. In: 3º encontro nacional da rede alcar, 2005, novo hamburgo -rs. 3º encontro nacional da rede alcar. Novo hamburgo -rs: feevale/rede alcar, 2005.

<sup>11</sup> SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: Cultura e política na Teresina da segunda metade do século XIX**. Salvador, 2008. Dissertação de Mestrado em História Social –Programa de Pós-Graduação em História – UFBA.

<sup>12</sup> QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro : José Olympio, 2012.

população pobre que vagava em busca de socorro era percebida através dos documentos. No último subtópico do capítulo, intitulado de “*Os migrantes nas narrativas dos jornais*”, será tratado sobre o que os jornais naquele momento falavam a respeito da seca, dos migrantes e das assistências prestadas.

No segundo capítulo “*O papel da assistência no Piauí no contexto da seca*”, será buscado tratar sobre as assistências prestadas a esses pobres durante a seca em questão. Diante disso, o capítulo buscará apresentar uma discussão acerca das mudanças ocorridas em relação ao auxílio aos pobres, sendo isso debatido no tópico denominado de “*Caridade X Assistência: Mudanças históricas*”. Além disso, será buscado tratar também sobre as “*Instituições de auxílio à pobreza*”, onde será falado sobre algumas instituições que naquele momento prestaram auxílio aos pobres, mas que também buscavam controlá-los. De forma mais específica será tratado sobre “*As Comissões de Socorros Públicos*”, onde será falado sobre sua composição, a quem essas instituições acolhiam, bem como os serviços que prestavam.



De acordo com o mapa, a província do Piauí na metade do século XIX tinha suas divisões administrativas em 06 comarcas, 03 cidades, 10 vilas, 13 municípios, 15 freguesias e algumas capelas. A maior parte do território da província era composta por fazendas, devido a principal atividade econômica de aquele período ser a criação de gado, e até mesmo pela forma como o território foi ocupado durante a colonização. No ano de criação do referido mapa a capital da província ainda era Oeiras, entretanto, é importante ressaltar que em 1852 houve a transferência da capital para Teresina.

Quanto à sua população, essa era relativamente baixa se comparado aos anos atuais. De acordo com um mapa estatístico anexado em relatório provincial do ano de 1854<sup>13</sup>, a cidade de Teresina (somando-se habitantes livres, escravos e estrangeiros) apresentava um total de 10:981 habitantes, enquanto que na villa de Jeromenha 11:820; cidade de Oeiras 9:712; villa de Valença: 7:604; cidade de Parahyba 9:796; villa de campo maior 10:885. Atualmente, por exemplo, só a capital Teresina apresenta uma população estimada em 850.198 pessoas<sup>14</sup> de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística).

Além disso, como pode ser também percebido no mapa, a província do Piauí fazia fronteira com as províncias do Goiás, Maranhão, e Ceará. Essa posição geográfica contribuiu para que migrasse dessas últimas províncias para o Piauí, uma série de migrantes durante da seca de 1877-79, período foco da pesquisa.

### **1.1.O Piauí na segunda metade do século XIX**

No fim do século XIX o Piauí tinha como principal atividade econômica a pecuária. A agricultura praticada ainda era em geral de subsistência, o que fazia com que os efeitos da falta de chuva não fossem sentidos tal como nas demais províncias do norte como no Ceará, por exemplo. Diante disso, os problemas da seca naquele período, não teriam sido tão intensos na referida província, se nela não tivesse adentrado grande quantidade de pessoas que fugiam do fenômeno. Diante disso, essa constante onda de imigrações causou muitos impactos na província do Piauí:

(...) em 1877, o drama veio de fora, no rastro das trágicas migrações. (...) O fluxo de vítimas, sobretudo cearenses, foi intenso e contínuo, durante quase

---

<sup>13</sup> Núcleo de Pesquisa, História e Memória – NUPEM/UFPI/Núcleo de Microfilmagem. NUPEM, Secretaria da polícia do Piauí em o 1º de fevereiro de 1854. – o chefe de polícia interino João lustosa da comarca Parahyba. “relatório que dirijo o presidente da província do Piauí o exm. Snr. João José de oliveira Junqueira a assembleia legislativa provincial aos 2 de julho de 1857. Maranhão. Typographia – constitucional – de I. José Ferreira, 1857.

<sup>14</sup> IBGE, população. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>> . Acesso em: 12/11/2017.

três anos. (...) a chegada de forma súbita, de dezenas de milhares de pessoas famintas, esfarrapadas e doentes em busca de alimentos e de pouso, tornava-se um problema de dimensões catastróficas.<sup>15</sup>

Entretanto, devemos pensar também que para além dessas migrações decorrentes de pessoas de outros estados adentrando no Piauí, ocorreram também diversas migrações internas nas quais os próprios piauienses migravam entre as vilas da província. Diante disso, devemos pensar que apesar de o problema ter se intensificado com a entrada de um grande contingente de migrantes, as migrações internas também ocorriam, demonstrando que em alguns lugares os problemas da seca já vinham sendo sentidos, fazendo com que os piauienses migrassem internamente. Apesar de alguns historiadores como Domingos Neto e Borges destacarem que o problema veio de fora, devemos pensar, que apesar deste ter se intensificado com a entrada de grande número de pessoas, o problema não surge apenas devido a isso. Segundo Edson Holanda Lima Barboza:

As repercussões da seca de 1877 ficaram evidentes na Província do Piauí, onde a Serra da Ibiapaba, fronteira natural com a Província do Ceará, concentrou retirantes das duas províncias. Inicialmente as vilas mais afetadas pela falta de chuva, morte de gado, perda da lavoura e presença de emigrantes foram Jaicós, Príncipe Imperial e independências; contudo, a presença de retirantes do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco interferiu no mercado local na maioria das vilas.<sup>16</sup>

É importante lembrar que nesse período, a província do Piauí não conseguia alcançar o grau de desenvolvimento que outras províncias do Império vivenciavam como, por exemplo, a Província de São Paulo que vivia um bom momento econômico com a produção de café. Segundo Camila Machado Burgardt:

(...) a década de 1870 surge como um marco na história, num momento em que as discrepâncias entre as chamadas regiões Norte e Sul, pois, enquanto à região Sul adentrava uma fase, principalmente, econômica, próspera, a região Norte enfrentava uma crise financeira que viria a agravar-se com a seca de 1877-79.<sup>17</sup>

O Piauí tinha como base da sua economia a pecuária. Esta, não conseguia competir com o mercado do gênero por conta da utilização de técnicas ainda bastante rudimentares, permanecendo durante muito tempo a utilização das mesmas técnicas na criação de gado: “a

<sup>15</sup> DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

<sup>16</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense**: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884). São Paulo, 2013. Doutorado em História – Programa de Estudos pós-graduados em História – PUC/SP.

<sup>17</sup> BURGARDT, Camila Machado. **A invenção da seca no século XIX**: a imprensa do norte e o romance Os retirantes. João Pessoa, 2014. (dissertação de mestrado no programa de pós-graduação em letras). UFPB/CCHL.

pecuária, atividade principal da economia piauiense, manteve-se na sua forma tradicional, sem inovação quanto às técnicas de produção.”<sup>18</sup>.

Como se sabe, no Piauí oitocentista além da criação de gado, havia a produção de atividades “auxiliares”, como a agricultura. Esta, ainda era pouco desenvolvida, sendo basicamente de caráter de subsistência, suportando apenas a população que aqui já vivia: “a produção era pequena e mal chegava a atender o consumo interno na província.”<sup>19</sup>. As atividades eram suficientes para a população, entretanto, com a chegada de um grande contingente de migrantes a situação muda, pois os gêneros alimentícios se tornaram insuficientes para suprir tamanha necessidade, surgindo assim, problemas quanto ao abastecimento de alimentos. No que se refere às principais atividades econômicas do Piauí oitocentista:

Paralelo à atividade pastoril, desenvolveram-se atividades ancilares. A mais difundida foi a agricultura. No decorrer do século XIX, essa atividade caracterizou-se pela produção familiar, desenvolvida na grande e na pequena propriedade, destinada à própria subsistência dos produtores.<sup>20</sup>

Quanto à composição da sociedade piauiense oitocentista, era formada por diversos grupos sociais. Dentre esses estavam os de grande poder na sociedade, formado pelas autoridades, pessoas de elite e grandes proprietários de terra, bem como também as pessoas de um segmento “intermediário”<sup>21</sup> ao qual se enquadravam vaqueiros, profissionais liberais, funcionários públicos, e ainda, as pessoas livres que segundo Costa Filho, era o grupo social mais numeroso que enquadrava as pessoas “de baixo poder econômico e financeiro”.

Ainda é importante lembrar que o século XIX foi marcado por uma busca de modernização e ordenamento. “... Por iniciativa particular e governamental, ocorreram várias tentativas de modernização da economia”<sup>22</sup>, bem como de organização social. O Piauí que ainda não era bem desenvolvido buscava por meio de diversas medidas, desenvolver a província. Diante disso, a presença migrante que passa a fazer parte do cenário piauiense durante a seca de 1877-79, passa a ser um novo problema para esse desejo da elite.

Durante aquele período, a província buscava se civilizar e se modernizar, buscando seguir o exemplo de outras províncias do império. Entretanto, as autoridades que desejavam essa modernização acompanhada de um maior desenvolvimento viam os “flagelados” que vagavam pelas ruas com grande repulsa, pois eles como sujeitos pobres, eram vistos como

<sup>18</sup> COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850 – 1889)**. Teresina : Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

<sup>19</sup> COSTA FILHO, Apud COSTA FILHO, 2006, p. 26.

<sup>20</sup> Ibidem, 2006.

<sup>21</sup> Ibidem, 2006.

<sup>22</sup> Ibidem, 2006.

imagem do atraso, atrapalhando, portanto, a modernização da capital e da província como um todo. É importante ressaltar que naquele período a província do Piauí ainda não apresentava um ambiente urbano bem desenvolvido: “Por todo o século XIX, o viver no Piauí tinha feição do rural, embora já existisse um incipiente setor urbano”<sup>23</sup>. Diante disso, era então, buscada uma maior civilidade, bem como uma maior organização. Diante disso, era necessário afastar dela o que pudesse atrapalhar esse desenvolvimento, no caso, os “flagelados” que viviam a perambular pelas cidades. De acordo com Santana:

À medida que avançamos nosso olhar para a organização das cidades, em virtude dos avanços econômicos e as novas propostas de civilização para as diferentes regiões do Império, fica claro que muitas capitais das províncias passariam a ser alvo de uma abordagem de organização e ordenamento.<sup>24</sup>

Diante disso, esse ordenamento e modernização sonhados pelas autoridades e elite seriam atrapalhados pelos pobres migrantes, sendo estes a representação de um cenário de miséria, não sendo, portanto, bom para a província. De acordo com Santana, “... a chegada de milhares de migrantes [na seca de 1877] em algumas de suas cidades do interior, e principalmente em Teresina, foi de forma muito mais assustadora que em períodos posteriores”. Teresina, a capital da província, naquele momento estava ainda longe do que seria considerado como moderno, mas, buscava aos poucos modernizar-se: “...as ideias de progressos, traduzidas nas falas de uma elite, ocorriam a partir de projetos que eram instalados lentamente em algumas poucas cidades como Parnaíba e Teresina.”<sup>25</sup>. Além disso, é importante destacar que nesse contexto, as questões higienistas estavam em voga, mostrando que “(...) os discursos dos segmentos sociais progressistas traduziam uma preocupação quanto à questão da salubridade no espaço público”<sup>26</sup>.

Mesmo antes da seca a província ainda não era desenvolvida e apresentava uma população bastante miserável. Segundo Márcia Santana o problema da pobreza já existia, ou seja, nas ruas da província já se via uma série de pessoas mendigando. Entretanto, com o problema da seca e a consequente onda de migrações isso se agrava:

O que o período da seca fez foi apenas evidenciar em cores mais fortes essa situação, tendo em vista que o número de pessoas passando fome, necessitando de trabalho ou vítimas de moléstias aumentava em um espaço curto de tempo.<sup>27</sup>

<sup>23</sup> COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850 – 1889)**. Teresina : Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

<sup>24</sup> SANTANA, Márcia C. B. . **Assistência e Combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920)**. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

<sup>25</sup> Ibidem, 2014.

<sup>26</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **História de vários feitio e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.p. 234-252.

<sup>27</sup> Ibidem, 2014.

Diante do que foi falado, durante o período da seca surge essa preocupação quanto ao problema da constante presença migrante na cidade. A província devia lidar com esse novo problema para que pudesse se modernizar. Diante disso, Santana ressalta que:

(...) o Piauí se vê, assim, às voltas com uma situação crítica no período da seca de 1877, que reflete não só no modo como irá lidar com os fluxos de migrantes que chegavam diariamente as suas cidades, com a organização e prestação de serviços assistencialistas a essas pessoas, bem como Teresina que passou a ser alvo de um discurso de ordenamento, devido às cenas de espanto que se criava com passagem de velhos, mulheres, crianças famintos e mendigando nas suas ruas.<sup>28</sup>

Os migrantes nesse contexto passaram a ser vistos como um perigo social pela elite, assim como “imagens” de atraso para a província. Com isso, por meio de instituições as autoridades passaram a tentar controlar e disciplinarizar essas pessoas para que essas não atrapalhassem o desenvolvimento urbano, e até mesmo contribuíssem para ele por meio de sua força de trabalho. A miséria era em geral relacionada à criminalidade e ao ócio, devendo ser então, controlada. Segundo Santana:

A tentativa de conter também esse tipo de pessoas levou ao crescimento de vozes com um discurso de uma cidade disciplinada e higiênica para que esses pobres não estreitassem mais ainda sua vivência com o mundo do crime que por sua vez tinha uma ligação forte com a miséria.<sup>29</sup>

Além disso, o medo era algo constante entre as elites e autoridades. Tanto a criminalidade quanto o surgimento de diversas doenças faziam com que a elite visse esses pobres com um temor, pois eram ameaça para o bem-estar social. “As autoridades e a elite sentiam-se temerosas com o crescimento cada vez maior da pobreza, das doenças e violência fazendo parte do cotidiano da cidade na medida em que nas ruas de Teresina passaram a ser frequentes tais ocorrências.”<sup>30</sup>

Durante os anos da seca (1877 a 1879), a província se tornou uma região que recebeu uma grande quantidade de pessoas que naquele momento migravam em busca de condições de vida. O cenário era de miséria, de flagelo, tal como descreve Graciliano Ramos no livro “Vidas Secas” publicado em 1938 que narra à vida de retirantes que precisam se deslocar constantemente fugindo da seca: “Na planície avermelhada, os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos.”<sup>31</sup> Vale lembrar que grande parte desses retirantes vinha da província do Ceará: “Considerando apenas o ano de 1878, os migrantes cearenses representavam um percentual de

<sup>28</sup> SANTANA, Márcia C. B. . **Assistência e Combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920)**. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

<sup>29</sup> Ibidem, 2014.

<sup>30</sup> Ibidem, 2014.

<sup>31</sup> RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Livraria José Olympio editora, 1938.

96% dos originados de outras Províncias...”<sup>32</sup>. É importante ressaltar que este não é o local de destino dessas pessoas, pois, estavam em busca de outras regiões como, por exemplo, a região norte, que naquele momento, apresentava uma economia propícia e que por isso oferecia maiores oportunidades de trabalho. Entretanto, muitas dessas pessoas por não terem condições físicas e econômicas para prosseguirem aos seus destinos, permaneceram no território piauiense buscando meios para sobreviver, seja por meio da mendicância, da dependência dos socorros públicos criados pelas autoridades, ou trocando sua força de trabalho por alimento. Diante disso, segundo Araújo, a cidade de Teresina, então capital da província:

(...) mais inchava que crescia, com ‘levas de migrantes’(...). Esse fato provocou a multiplicação da pobreza na cidade. A massa de migrantes, pobres desempregados, acometida pela fome, doenças e miséria, atingia Teresina, que, embora na condição de capital, convivía com o urbano e o rural, com poucas oportunidades de emprego, fazendo esses ‘excedentes sociais’ viverem da caridade pública ou de pequenos trabalhos temporários.<sup>33</sup>

Dessa forma, podemos perceber que as migrações traziam uma população bastante complexa. As pessoas, fugindo do fenômeno da seca, e buscando sobrevivência, eram submetidas a um cenário de horror, sendo castigadas principalmente pela fome e pelas doenças que lhes atacavam. Tal situação é descrita por Francisco Gil Castello Branco na narrativa sobre “grande seca” em “Ataliba, O Vaqueiro”: “Era lúgubre o aspecto desses lugares, onde reinava a morte com todos os seus horrores; lá fora grassava o flagelo, e no interior, a moléstia pertinaz zombava dos recursos que se empregavam contra os seus efeitos funestos”.<sup>34</sup> Quanto a isso, Domingos Neto e Borges ressaltam que as condições físicas durante esse processo migratório eram bastante precárias. A situação enfrentada pelos migrantes era lastimável. Esses, na maioria dos casos, não tinha como migrar para regiões mais distantes devido à falta de condições:

Grande parte dos que vinham ao Piauí se dirigiam, na verdade, ao Maranhão, Pará e Amazonas. Detinham-se em localidades piauienses apenas o tempo necessário para refazer suas forças, descansando da longa caminhada e buscando alimentação. Um contingente importante restava sem conseguir prosseguir viagem dado a debilidade física provocada pela fome e moléstias

<sup>35</sup>

<sup>32</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **História de Vário feito e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.p. 234-252.

<sup>33</sup> Ibidem, 2001.

<sup>34</sup> CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro: Hermione e Abelardo, a mulher de ouro**. E. ed. Teresina: Convênio APL/UFPI, 1993. 128p. (coleção Re-Viver, 2).

<sup>35</sup> DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

Esse novo contingente de pessoas, cada vez maior passava a ser preocupação para as autoridades. Teresina, capital da província, ainda não era bem desenvolvida, e não apresentava condições para receber tantas pessoas:

O ano de 1878-1879 significou para a cidade de Teresina um crescimento da população e, por conseguinte, uma crise na oferta de empregos e no abastecimento de alimentos na cidade. Grupos de retirantes vitimados pela seca fixaram residência na capital. A precária estrutura da cidade ocasionou a criação de núcleos de socorros aos vitimados pela seca em fazendas privadas.<sup>36</sup>

Segundo essa perspectiva, os problemas consequentes da seca não seriam inicialmente próprios da província do Piauí, mas teriam se tornado apenas quando diversos migrantes adentram ao território piauiense. Tal como ressalta Ana Regina Barros Rêgo Leal, jornalista, autora de um trabalho sobre alguns jornais monarquistas piauienses nesse contexto de Piauí oitocentista: “A seca assola o Piauí pré-republicano. De todos os cantos da Província e até de outros estados, pessoas emigram para a capital, Teresina, que, embora não tão próspera, situa-se entre rios, com água abundante e terra fértil.”<sup>37</sup> Esses migrantes provinham principalmente das províncias do Ceará e Maranhão e ao buscarem outros locais de refúgio, por conta da proximidade desses locais com o Piauí, muitos acabavam parando pela província. Tal como destaca Araújo (1991):

(...) No que diz respeito à fixação das ‘levas’ de nordestinos que fugiam da seca de 1877/79 para o Piauí e outras regiões, os municípios mais próximos à região fronteira do Piauí com o Ceará e Pernambuco eram os mais afetados. (...) O fato é que essa província [do Piauí], apesar de assolada pela seca, tornou-se não só área de trânsito das ‘levas’ de migrantes para o Maranhão e Amazônia, mas também receptora por excelência.<sup>38</sup>

Outra grande seca enfrentada pela região foi a seca de 1915. Essa é retratada na obra literária de Raquel de Queiroz “O quinze”, produzida em 1930 em que ela trás através na narrativa diversas questões pertinentes que nos fazem pensar a respeito do fenômeno da seca e de suas consequências. A literatura produzida em determinado contexto social, nos possibilita a análise de um tempo histórico nos mostrando assim sua importância como fonte. Desse modo, As obras literárias trazem por meio das narrativas, observações feitas pelo seu escritor sobre o contexto o qual esse viveu, ou vive. Diante disso, o romance citado contribui para

<sup>36</sup> SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros**: Cultura e política na Teresina da segunda metade do século XIX. Salvador, 2008. Dissertação de Mestrado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História – UFBA.

<sup>37</sup>RÊGO, Ana Regina ou Rêgo, a.r.b.l. **Jornais monarquistas piauienses** - mapeamento da temática republicana no final do segundo reinado. In: 3º encontro nacional da rede alcar, 2005, novo hamburgo -rs. 3º encontro nacional da rede alcar. Novo hamburgo -rs: feevale/rede alcar, 2005.

<sup>38</sup>ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

que pensemos a respeito de algumas questões que persistiram mesmo com o passar do tempo em períodos e sistemas políticos diferentes (que se fazem presentes tanto na seca de 1877, quanto na de 1915).

No romance, Raquel de Queiroz trata muito bem por meio da narrativa sobre os anseios e as angústias sofridas pelo povo cearense por conta do problema. O drama da terra, a seca, a falta de trabalho, o sol escaldante, falta de chuva, comida e de meios de sobrevivências são alguns dos retratos da miséria sofrida por aquele povo que são abordados pela autora. Este, portanto, busca mostrar a realidade vivida por aquele povo no começo do século XX, focando-se especialmente no povo cearense e na conseqüente onda de migrações. Apesar de abordar outro período histórico, o Brasil republicano, podemos perceber no romance diversas continuidades, pois já se fazem presentes também num momento anterior (a seca de 1877-1879), segundo reinado.

## **1.2. Pobreza retratada nas fontes oficiais**

O ingresso de diversos migrantes no território da província piauiense, estes, somaram-se aos pobres que já vagavam as ruas da capital e de outros municípios. Essa presença constante dos chamados “flagelados” causava muito incômodo nas elites e autoridades que viam essas pessoas sofridas pela miséria com “maus olhos”, pois eram, em geral, vistos como perturbadores da ordem. Essa percepção tida pelas demais classes em relação aos pobres pode ser percebida através das fontes ditas como oficiais, ou seja, aquelas produzidas por autoridades, estando entre elas os relatórios provinciais, por exemplo. Diversos documentos nos apontam como que esses pobres eram retratados pelas elites, nos mostrando o posicionamento dessa classe frente à pobreza naquele momento.

É importante lembrarmos que ao se utilizar de documentos produzidos pelas autoridades é necessário um maior cuidado, visto que, os mesmos podem apresentar distorções da realidade de fato, pois foram produzidas por uma classe e, portanto, trazem posições intencionais do que quer ser mostrado. Apesar disso, tais documentos nos apresentam uma série de informações importantes acerca daquele momento, bem como sobre os principais sujeitos atingidos.

A população que passa a viver na miséria em decorrência da seca é bastante retratada nos documentos, os quais transparecem o estado de vida em que essas se encontravam. Diante disso, pode ser percebido através do seguinte relatório provincial de Jose’ Mariano Lustosa do

Amaral, a situação que o Piauí enfrentava com esse grande número de migrantes na província, bem como, os feitos que esta sentia pelo fenômeno:

Continua infelizmente o triste e lamentável quadro de mizerias do povo que experimenta os dolorosos efeitos da secca: a fome, a nudez, a enfermidade e a morte como consequencia necessaria desse afflictivo estado do couzas, de que só pode salvar-nos a Divina Providencia, apenas atenuado pelos socorros do governo, e pelo sagrado dever da caridade, nobre e sublime sentimento que não se extingue nos corações humanitarios e religiosos, mas que nem sempre pode ser satisfactoriamente exercido mesmo pelos ricos da fortuna em crises coma esta – em que todos soffrem e luctam com a escassez e carestia dos generos alimenticios, e nao tão somente os emigrantes (...).<sup>39</sup>

De acordo com o relatório pode ser percebido a visão do 1º vice-presidente da província a respeito dos efeitos da seca. Segundo ele, a situação era de grande miséria, e a crise afetada a todos, e não apenas aos migrantes. Falta de gêneros alimentícios, de roupas, medicamentos e a presença constante de diversas doenças eram constantemente motivo de preocupação, sendo isso percebido através dos diversos documentos analisados. Mesmo as assistências prestadas pelo governo e a caridade de particulares, não eram suficientes para tirar todos do quadro de miséria.

O grande número de migrantes que circulavam na província causava grande apreensão entre as autoridades, pois, além de segundo eles, não dispõem de assistência suficiente para acolher a todos, esses poderiam aumentar o número de práticas criminosas. Nos relatórios provinciais e principalmente em documentos manuscritos das comissões de socorros, é possível perceber que as autoridades algumas vezes relacionavam os pobres migrantes à prática do crime. É fato que em alguns casos, devido à falta de alimento, esses sujeitos eram levados ao roubo, em especial de alimentos. Tal questão pode ser percebida por meio de relatório provincial do ano de 1879:

(...) vê-se que a prática do crime do Piauhy tem aumentado consideravelmente. A causa principal desse aumento é certamente a presença de grande numero de emigrantes, que, impelidos pela fome, buscam em nossa província o necessário para sua subsistência, concorrendo também para isso a falta de destacamentos em diferentes partes da província, que possam fazer respeitar a vida e a propriedade dos habitantes, além da impunidade de alguns criminosos, que infelizmente ainda encontram protetores.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> NUPEM, Relatório com que o 1º vice Presidente da Província, Jose' Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da província do Piauhy ao Dr. Firmino de Souza Martins. Theresina. Typografia da imprensa, - Rua da Palma. 1879.

<sup>40</sup> NUPEM, Relatório com que o exellentissimo senhor Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da província do Piauhy, ao exellentissimo senhor Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província, no dia 11 de dezembro de 1879. Theresina, Typ. Do semanário. *Secretaria de polícia da província do piauhy, em Theresina 16 de setembro de 1879.*

Nota-se por meio de tal relatório a visão que as autoridades tinham em relação aos sujeitos pobres, relacionando-os ao aumento de práticas criminosas. A pobreza era em geral relacionada à prática da criminalidade, como roubos, brigas, homicídios. É verdade que tais números aumentaram consideravelmente devido a constante presença de migrantes na província, em especial na capital. Entretanto, não se levava em conta que possivelmente tais crimes ocorriam em tamanha medida devido à condição miserável a que se encontravam. Os relatórios relacionavam a presença da criminalidade com a presença de migrantes:

(...) sendo enorme o numero de emigrantes existentes em diversas comarcas da província, e notavelmente em Pedro 2º, Príncipe Imperial, Oeiras, Valença, Jaicós e Parnahyba; vivendo no número d’elles alguns criminosos e desertores, a prudência aconselha o emprego de medidas preventivas(...) <sup>41</sup>

Diante disso, segundo Araújo “(...) 1877-1879 [foi] o período de maior incidência de crimes, época em que Teresina tornou-se polo concentrador de migrantes do interior do Piauí e de províncias vizinhas”<sup>42</sup>. Com a vinda de migrantes em maior ocorrência nesses anos, o número de crimes aumenta consideravelmente. Além disso, o número de prisões por embriaguez é grande, bem como por homicídios, agressões físicas, etc. ocorriam também pequenos roubos e furtos, podendo isso ser explicado em partes como uma busca de sobrevivência, na medida em que não tinham o que comer. “os vadios, os desocupados, os miseráveis viviam da rapina e da pilhagem de alimentos, roubando cereais e frutas na tentativa de arranjar a própria refeição”<sup>43</sup>.

As práticas de crime naquele momento em partes se davam por conta da situação enfrentada, fazendo com que alguns “indigentes” roubassem: “A vida miserável que gracejava o cotidiano dessas pessoas levava-as a recorrer a uma vida marginal como a da mendicância, do roubo ou da prostituição”<sup>44</sup>. Por conta disso, eram vistos com maus olhos por parte da elite que buscava controlá-los através das diversas instituições. Essas pessoas eram vistas como “perturbadoras da ordem”, como vagabundos que atrapalhavam o desenvolvimento e modernização da província do Piauí.

Naquele período de 1877-79, a seca gerou uma onda constante de migrações tendo como consequência, o aumento elevado da pobreza e da falta de oportunidades, gerando a

---

<sup>41</sup> NUPEM, Relatório com que o excellentissimo senhor Dr. Gracilliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauhy, ao excellentissimo senhor presidente Dr. Francisco Bernardino rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Theresina; Typ. A rua bella, nº 45. 1878. P. 6

<sup>42</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

<sup>43</sup> Ibidem, 2010. p. 80.

<sup>44</sup> SANTANA, Márcia C. B. . Assistência e Combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920). 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

miséria, aumentando o número de criminalidades. Segundo Araújo: “a criminalidade, como manifestação de tensão social, era gerada pela extrema miséria na qual viviam essas pessoas”<sup>45</sup>.

Diante dessa situação, a elite via com maus olhos essa pobreza que vagava pelas ruas especialmente da capital Teresina, vendo-as com bastante incômodo. Além disso, passaram a ver os pobres mendigos como perturbadores do bem estar social e impedidores do progresso da capital. Os mendigos eram para alguns cronistas vagabundos que não queriam trabalhar. Além disso, por conta da criminalidade existente, como roubos e estupros, isso fazia com que a elite ficasse com medo e requeresse um maior número de policiais: “A elite sentia-se temerosa com o considerável índice de desocupados e amedrontada com os crimes e a violência cotidiana na cidade de Teresina”<sup>46</sup>. O medo era aumentado pelo fato de não se saber na maioria das vezes, de onde vinham ou o que pretendiam, devendo aumentar a vigilância sobre os mesmos. Segundo Monteiro: “são essas pessoas que merecem atenção rigorosa, pois, na visão das autoridades, são pessoas suspeitas por não se saber de onde vêm, o que fazem e o que procuram em terras distantes.”<sup>47</sup>

A solução segundo a elite para esses desocupados que vagavam pelas ruas era o trabalho, pois, quem trabalha não se ocupa com vadiagem. Houve uma ressignificação do que era o trabalho. Este agora era visto como um meio de dignificação do homem.

Os migrantes eram vistos como um problema pelas autoridades e por isso para manter a ordem na cidade, buscavam soluções para resolvê-lo. Como não era possível trabalho para todos, alguns deviam sair da cidade, os demais eram colocados a trabalhar e com isso vigiados pelas autoridades. Caso não fossem aptos ao trabalho, o que se podia fazer com esses pobres “indigentes” era colocá-los em alguma instituição que tomasse de conta para que esses saíssem das ruas, e ficasse sob o olhar vigilante das autoridades. Havia a preocupação com a higiene da cidade, e os mendigos eram uma ameaça para isto. Naquele momento, a elite acreditava ser melhor dá contribuições para manter as diversas instituições de assistência do que oferecer esmolas à “pobreza desvalida”, percebendo assim também uma transformação quanto à forma de oferecer auxílio. De acordo com Araújo:

---

<sup>45</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

<sup>46</sup> Ibidem, 2010.

<sup>47</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016. p. 127.

“(...) transparece o sentimento de intolerância, nojo e até rejeição aos mendigos. Estão presentes nos relatos as sensações de incômodo e o perigo que os mendigos provocavam na cidade de Teresina. Sob este aspecto, restava livrar a cidade de cenas consideradas anormais, o que fazia parte da nova ordem”.<sup>48</sup>

Apesar de o trabalho ser colocado como possibilidade para controlar esses pobres, muitas vezes era destacado que esses não queriam trabalhar, sendo considerados vagabundos. “Na avaliação das elites, os pobres, além de não terem religião, rejeitavam o trabalho e relutavam em constituir famílias.”<sup>49</sup>. Pensando por meio dessa visão, em geral, era colocado que os pobres viviam nessa condição não pelas circunstâncias do momento, mas, porque não tinham disposição para o trabalho, ou seja, viviam na pobreza por culpa própria. Segundo Monteiro: “as aceções que as elites tinham do homem livre pobre: arredio ao trabalho e vadio por opção”.<sup>50</sup>.

Além disso, os pobres que vagavam pela capital e por diversos municípios da província eram vistos como um atraso para a civilização, bem como uma ameaça para a ordem social. Como já foi dito, o medo fazia parte do cotidiano das pessoas de elite que não se sentiam confortáveis com o trânsito de pobres pelas ruas:

(...) na interpretação das autoridades, a população era tachada de “incivilizada”, “vagabunda” e que era necessário desconfiar de suas andanças, dos encontros, dos lazeres, principalmente, pela ociosidade e desprezo que tinham alguns ao trabalho especializado. Logo, o termo de ordem foi vigiar e ocupar os ínfimos serviços policiais para tais empreitadas (...).<sup>51</sup>

Como pode ser visto, o incômodo era frequente. A pobreza que circulava pelas ruas causava desprezo, insegurança, medo, e grande incômodo para a elite, bem como para as autoridades. Eram pessoas que além de não contribuir para a cidade, atrapalhavam seu progresso. Por isso, o trabalho era sempre incentivado, pois por meio dele esse aglomerado de pobres infelizes se transformaria em trabalhadores que contribuiriam de alguma forma para a província, bem como, como um meio de controle da ociosidade, pois: “A vociferação continuava sendo a tônica de que o trabalho moralizava e prevenia os roubos e a desordem.”<sup>52</sup>

---

<sup>48</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010. p. 137.

<sup>49</sup> Ibidem, 2010. p. 144.

<sup>50</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016. p. 147.

<sup>51</sup> Ibidem, 2016. p. 133.

<sup>52</sup> Ibidem, 2016. p. 136.

### 1.3. Os migrantes nas narrativas dos jornais

Como já vem sendo falado, a seca de 1877/79 foi uma das maiores calamidades da história do atual nordeste brasileiro. Nesse contexto, os jornais piauienses representaram um dos principais meios de veiculação de notícias acerca do problema na região, bem como noticiando o que estava ou não sendo feito quanto à busca de soluções, e acerca dos principais sujeitos afetados: os migrantes. Ainda é possível perceber com bastante frequência, as denúncias quanto à forma como a assistência era prestada, sendo isso consequência principalmente das críticas de oposição destinadas as autoridades. Segundo Edson Holanda Lima Barboza: “No decorrer do ano de 1878, com a chegada intensa de retirantes, esgotamento de estoques e o avanço da estiagem, a caracterização da seca, como fenômeno social que exigia a ação do poder público, passou a aparecer também como reivindicação na imprensa piauiense”.<sup>53</sup>

É importante ressaltarmos que os jornais são produzidos por determinados grupos sociais e, portanto, são parciais, devendo assim, serem problematizadas as questões trazidas pelos mesmos. De acordo com Rêgo: “Os jornais, assim como os redatores, mantêm posições partidárias definidas e defendem seus interesses de forma contundente e, por vezes, agressiva.”<sup>54</sup>. Dessa forma, ao analisarmos as notícias trazidas por meio desses meios devemos sempre nos atentar às intencionalidades contidas nas mesmas, bem como nos grupos que as produzem. Deve-se lembrar que os posicionamentos das notícias variam de acordo com o período em que são publicadas apresentando caráter de crítica ou apoio ao governo, pois isso irá depender da posição do jornal frente as autoridades (da oposição ou situação). Além disso, assim como ressalta Frederico de Castro Neves, muitas vezes “Nos jornais, predominava um tom de sensacionalismo, com o noticiário de misérias e acontecimentos bizarros envolvendo seres extenuantes pelo delírio da fome”.<sup>55</sup>

O jornal piauiense “*A imprensa*”, surge como órgão comunicativo de grande importância naquele momento. Segundo Rêgo: “configura-se como o jornal de maior vida útil, de 1865 a 1889, e, portanto, como o de maior importância como formador de opinião.”<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)**. São Paulo, 2013. Doutorado em História – Programa de Estudos pós-graduados em História – PUC/SP.

<sup>54</sup> RÊGO, Ana Regina ou Rêgo, a.r.b.l. **Jornais monarquistas piauienses** - mapeamento da temática republicana no final do segundo reinado. In: 3º encontro nacional da rede alcar, 2005, novo hamburgo -rs. 3º encontro nacional da rede alcar. Novo hamburgo -rs: feevale/rede alcar, 2005.

<sup>55</sup> NEVES, Frederico de Castro. **A miséria na literatura: José do patrocínio e a seca de 1878 no Ceará**. Revista Tempo, n 22, p. 80-97, 2006.

<sup>56</sup> Ibidem, 2005.

Esse era um periódico liberal que segundo Rêgo debatia diversas questões políticas com os opositores. É interessante ressaltar que segundo essa autora, a forma de escrita varia de acordo com o posicionamento político, pois os jornais liberais apresentavam um tom menos agressivo que os conservadores: “Percebe-se que, ao contrário dos conservadores, que chegam a parecer verdadeiros libelos, os jornais liberais são mais pacíficos. Isto não significa que não combatam a oposição, mas sim, que o fazem através de um diálogo mais cordial.”<sup>57</sup>

O jornal “*A Época*” também será nesse período um veículo de informação e de posicionamento político bastante importante. Esse órgão, de caráter conservador teve sua primeira impressão no dia 08 de abril de 1878 segundo Rêgo, substituindo *A moderação*. Esse jornal apresentou diversas críticas aos políticos liberais durante o período da seca.

Em ambos os jornais, tanto *A Época* quanto *A imprensa*, no momento da seca vão apresentar diversas críticas aos políticos que governavam, variando o momento de acordo com as posições. Segundo Rêgo em ambos os jornais: “O conteúdo dos debates impressos consiste em perseguições políticas, críticas à má gerência administrativa e a posições tomadas pelo partido de oposição, publicação de fatos da vida particular e íntima do adversário.”<sup>58</sup>

Diante disso, ao analisarmos diversas notícias publicadas nesses jornais naquele período, vamos percebendo como aquele momento era visto pelo olhar de quem escrevia. A seca era retratada através das páginas como uma calamidade desastrosa que se alargava cada vez mais e que fazia vítimas por diversos lugares. O jornal liberal “*A imprensa*”, por exemplo, publica em junho de 1877 uma notícia sobre a seca na província do Piauí. De acordo com o jornal, a situação se agravava cada vez mais em diversos municípios piauienses, surgindo a necessidade de que o governo tomasse medidas para conter o problema. Nessa notícia, percebemos, então, que o jornal fala a respeito da situação provocada pela seca aqui na província, solicitando mantimentos para suprir as necessidades dos “flagelados” acometidos pela miséria:

Na comarca do Príncipe Imperial a secca apresenta-se com aspecto inexorável, ameaçando accarretar as maiores calamidades. Dizem-nos d’alli que o governo faria bem se quizesse desde já socorrer aos flagelados, enviando-lhes mantimentos, - antes do que dinheiro, pois que com este só - não poderão evitar as terríveis consequências da fome, que promete exterminar-os em breve. (...) por aqui [Oeiras] só se falla na secca e nos seus effeitos assustadores. As populações de Jaicoz, Picos, S. João do Piauí, S.

---

<sup>57</sup> RÊGO, Ana Regina ou Rêgo, a.r.b.l . **Jornais monarquistas piauienses** - mapeamento da temática republicana no final do segundo reinado. In: 3º encontro nacional da rede alcar, 2005, novo hamburgo -rs. 3º encontro nacional da rede alcar. Novo hamburgo -rs: feevale/rede alcar, 2005.

<sup>58</sup> Ibidem, 2005.

Raimundo, e uma parte desse município [Oeiras] tem diante de si a perspectiva da miséria.<sup>59</sup>

Ao analisarmos tal notícia percebemos que a preocupação quanto aos efeitos da seca já era constante. Na medida em que se alastrava na província as assistências do governo se faziam mais necessárias. Dessa forma, as notícias que eram publicadas sobre tal fenômeno atentavam principalmente para as medidas que deveriam ser tomadas pelo governo da província, ou sobre a falta delas. Em notícia publicada no dia 10 de setembro de 1877, o jornal “A imprensa” descreve o contexto de seca que viviam não mais apenas as demais províncias nordestinas, mas também a do Piauí, destacando a necessidade da distribuição de recursos para essas pessoas pelas autoridades:

A secca, que tem flagelado varias províncias, e municípios desta, também já nos vai ferindo acremente. Um grande numero de emigrantes do ceará, que talvez, se eleve a mil almas, tem chegado a esta villa [Peripery], nus, e mortos à fome, e por isso necessitados do socorro publico, que acha-se quasi extincto. (...) os recursos médicos aqui são poucos, e por isso se S. Ex., não tomar na devida consideração, e tomar medidas preventivas, arderão estes infelizes em 3 fogos, fome, nudez e moléstias.<sup>60</sup>

Nota-se por meio da notícia a constante preocupação quanto ao que seria feito, pois cada vez mais, com a chegada de mais migrantes, a situação se agravava não sendo proporcionais as assistências que estavam sendo empreendidas pelas autoridades, pois estas se faziam escassas. Dessa forma, o cenário da seca bem como o estado de seus principais atingidos ia sendo descritos nas páginas dos principais jornais.

No periódico *A imprensa*, ainda é descrito a grande onda de migrações para a província do Piauí em agosto de 1877. Cada vez mais, era maior o número de pessoas que adentravam a província trazendo com elas um cenário de extrema miséria, assim como também uma série de indagações quanto ao modo como essas seriam amparadas. Como pode ser percebido através do jornal, o Piauí passou a ser visto como local de refúgio para esses migrantes:

A emigração aqui é excessiva, cada arvore em roda da cidade é uma habitação e todos os dias chegam famílias e famílias, cujos aspectos são os

<sup>59</sup> Biblioteca Nacional /Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal “*A imprensa : Periódico político (PI)*.” Ano XII nº508, 09/06/1877, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&PagFis=1&Pesq=A%20emigra%C3%A7%C3%A3o%20aqui%20%C3%A9%20excessiva,%20cada%20arvore%20em%20roda>>. Acesso 15/11/2017.

<sup>60</sup>BN/HDB. Jornal “*A imprensa : Periódico político (PI)*”.Ano XIII nº 518, 25/09/1877, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&PagFis=1&Pesq=A%20emigra%C3%A7%C3%A3o%20aqui%20%C3%A9%20excessiva,%20cada%20arvore%20em%20roda>. Acesso: 15/11/2017.

mais dolorosos possíveis, pois, além da fome que as devora, a nudez é extraordinária, a ponto de muitas mulheres não poderem aparecer! Ainda não tinha visto um quadro tão pungente! Com a notícia de que o governo as manda socorrer aqui, estão todos estacionados e não querem mais seguir, sendo certo que algumas ou a maior parte por ser impossível continuar a viagem. (...) Continua a emigração de um modo espantoso e nunca visto.<sup>61</sup>

O jornal “*A Imprensa*” dado momento fala sobre os efeitos que essa seca provocava no Piauí, mas também salientava que a caridade pública existia, entretanto, não era capaz de conseguir solucionar todo o problema. É interessante ressaltar que tal jornal em setembro de 1877 destaca a ajuda do governo, buscar mostrar que as autoridades estavam tomando as medidas que podiam para conter o problema:

Trata-se da emigração e dos horrores da secca. Reclama-se providencias para aliviar a fome de tantos infelizes, que abandonando a terra ingrata procurarão as nossas plagas. O governo que não tem sido surdo a voz da justiça que se há levantado em favor dos oprimidos por tão grande desgraça – proverá dos recursos que são urgentemente reclamados. A caridade de nossos patrícios tem-se manifestado na altura dos generosos sentimentos que tão nobremente os distinguem. Mas ella só por si não pode remediar a tantos desgraçados nem suavizar tantos soffrimentos.<sup>62</sup>

Como já foi dito os jornais não eram utilizados apenas para passar informações, mas, possuindo posicionamento político, apresentavam suas “versões” sobre o fato. Para além de noticiar a presença da seca e dos migrantes na Província do Piauí, alguns jornais apresentaram fortes críticas em suas páginas às autoridades da época no período. Diversos órgãos tomavam partido acusando autoridades de desvios ou irregularidades na administração, ficando isso evidente na forma como escreviam a notícia.

A distribuição dos recursos necessários insuficientes era algo que sofria bastante ataque dos jornais de oposição. Na maioria das vezes ao que aponta diversas notícias de jornais, a quantidade do que era distribuído não era suficiente para suprir a fome e as demais necessidades dos retirantes, como é destacado em notícia do jornal *A imprensa*. Este denuncia em junho de 1877, o descaso por parte das autoridades quanto à distribuição de gêneros para os “desvalidos”:

Nossa insistência sobre esse assumpto parece ter incommodado os nervos delicados de alguns servidores da presidência, pois não podem comprehender que estejamos a implorar socorros para os indigentes (...). não nos admitiria por certo esse ardor fatalista de musulmano, se as condições

<sup>61</sup> BN – HDB. Jornal “*A imprensa : Periódico político (PI)*”. Ano XIII nº 515, 25/08/1877, p. 04. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&PagFis=1&Pesq=A%20emigra%C3%A7%C3%A3o%20aqui%20C3%A9%20excessiva,%20cada%20arvore%20em%20roda>>. Acesso: 15/11/2017.

<sup>62</sup> BN – HDB. Jornal “*A imprensa : Periódico político (PI)*”. Ano XIII nº 519, 29/09/1877, p 4.

actuais da província não requeressem os mais sérios cuidados por parte dos que se arvoram em representantes das aspirações e necessidades publicas. Não é com hypocrita unccção religiosa, sem com palavras sentimentaes, ... que se alimenta uma população que vai morrendo a mingua, em pleno estado de miséria, sem esperanças de melhoras.<sup>63</sup>

Diante disso, o descaso das autoridades para com essas pessoas passou a ser algo cada vez mais frequente nos jornais que naquele período faziam oposição, como *A Imprensa*. Na notícia apresentada podemos perceber a denúncia que afirma que a população “vai morrendo a mingua”, ou seja, sem que as autoridades tomem as soluções necessárias. Percebemos através das notícias, que essas como já foi falado não apenas traziam informações, mas também um sentimento político de quem as escrevia. No ano de 1878, é a vez do jornal *A Época : Órgão conservador (PI)* trazer denúncias sobre o mau uso das verbas públicas pelas autoridades:

Se hontem estigmatizávamos o governo pela incúria e desleixo com que deixava morrer à fome e a mingoa os infelizes emigrantes nesta capital e nos diversos municípios da província, hoje amaldiçoamos aquelle que, com a apparencia de economia e regularidade em seus actos, esbanjara os dinheiros públicos em favor de meia dúzia de íntimos, verdadeiros especuladores da miséria do povo, e para quem esta secca tem sido uma milagrosa mina.<sup>64</sup>

Além do possível mau uso de verbas, o modo como os migrantes eram tratados pelas autoridades é expresso nas páginas dos jornais podendo ser visto não como uma tentativa de “defender” os “desvalidos”, mas, em grande parte de atacar os opositores:

O povo necessitado agglomera-se na porta onde estão os viveres guardados, esperando que chegue a vez de cada um receber a migalha que se lhes dá (...). não há muito o socorro era em pancadas, agora é em agua, atirada a face dos que vivem morrendo de fome e de moléstias. (...) os desgraçados que estendem a descarnada mão para receber o obulo insignificante da caridade publica tem direito a melhor tratamento.<sup>65</sup>

Tal descaso não era denunciado apenas quanto à distribuição insuficiente de recursos como alimentos e remédios, mas também, por exemplo, no que diz respeito à vida nos núcleos coloniais. Diante desse contexto, naquele momento o jornal de oposição “*A época: Orgão conservador (PI)*”, denuncia a situação a que esses trabalhadores viviam nos núcleos

<sup>63</sup> BN/HDB. *Jornal “A imprensa : Periódico político (PI)”*. Ano XII nº508, 09/06/1877, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&PagFis=1&Pesq=A%20emigra%C3%A7%C3%A3o%20aqui%20C3%A9%20excessiva,%20cada%20arvore%20em%20roda> . Acesso em: 15/11/2017.

<sup>64</sup> BN–HDB. *Jornal A Época : Orgão conservador (PI)*–1878 a 1884. Ano I nº 4, 27/04/1878, p. 1.

<sup>65</sup> BN – HDB. *Jornal A Época : Orgão conservador (PI)* – 1878 a 1884. Ano II nº 60, 27/05/1879, p. 4.

coloniais, bem como se questiona a respeito da utilização das verbas que eram destinadas pelo governo para os cuidados com os agregados:

E' realmente doloroso, sinão inqualificável, ver-se a maneira porque são tratados os míseros emigrantes em alguns dos taes núcleos, quando se sabe que, no fim de cada mez, cada um dos contractantes recebe da thesouraria de fazenda a pingue somma de quatro contos e tantos para o sustento dos mesmos! Magros, famintos e nus, vagão elles pelos mattos à procura de côco e do palmito..., de sorte que não sabemos que applicação tem o dinheiro que recebem do governo os contractantes! Muitos fazem moribundos no leito da dôr accometidos de febres paludosas e de dysenteria, outros morrem a mingoa nos braços da miséria, porque nem ao menos recebem um tratamento regular por falta absoluta de comodidades e de medicamentos (...).<sup>66</sup>

Tal denúncia demonstra o mau uso das verbas enviadas pelo governo central, pois esse enviava os recursos para serem utilizados com a ajuda aos flagelados, entretanto, como já foi ressaltado, os contratantes utilizavam esses, muitas vezes, em benefício próprio, não dando o suporte necessário para os migrantes. Diante dessa situação o jornal denuncia o descaso das autoridades com os “míseros emigrantes”, pois mesmo sendo destinadas verbas para sua assistência, esta, não era feita suficientemente, pois diversas pessoas morriam à espera de socorros, segundo o jornal.

Ainda nessa perspectiva, O Jornal *A época*, denuncia em abril de 1878 o estado a que se encontravam os migrantes instalados em um núcleo colonial da província. A notícia ressalta que apesar de serem destinados diversos recursos do império para a manutenção desses núcleos, bem como para o sustento desses migrantes que lá vivem, os mesmos vivem em condições lastimáveis, não lhes sendo oferecida alimentação adequada, nem vestimenta, e tampouco tratamento para as doenças que lhes acometiam:

E' digno de lastima o estado a que se achão reduzidos os emigrantes em os diversos núcleos ultimamente reformados pelo Sr. Araujo Costa. Vivem famintos e semi-nús e muito nos consta já terem parecido a fome e a falta absoluta de medicação nas moléstias de que estão sendo accometidos! E da thesouraria de fazenda sahem todos os mezes grossas sommas para manter estes núcleos – verdadeira mina tão deshumanamente explorada pelos respectivos contractantes, que muito tem lucrado com a secca. Ainda hontem grande numero destes infelizes emigrantes de um dos taes núcleos, na porta do Dr. Chefe de policia clamava por providencias no sentido de serem socorridas aqui, visto como no logar em que se achavão asylados nada se lhes dá, não recebem o mesmo socorro! Parece incrível isso! E a thesouraria despense mensalmente grossas somas para sustentação dos emigrantes dos núcleos contractados, e elles vivem neste misero e deplorável estado!<sup>67</sup>

<sup>66</sup> BN/HDB. Jornal *A Epoca : Orgão conservador (PI) – 1878 a 1884*”. Ano I nº 4, 27/04/1878, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164135&PagFis=0&Pesq=n%C3%BAs%20e%20desabrigados%20apresent%C3%A3o>>. acesso em: 15/11/2017.

<sup>67</sup>BN – HDB. Jornal *A Epoca : Orgão conservador (PI) – 1878 a 1884*. Ano I nº2, 13/04/1878, p. 4.

Tal como Rêgo havia ressaltado, muitos posicionamentos poderiam ser até mesmo agressivos, como é o exemplo citado. O jornal não poupa críticas em relação ao governo, não acusando apenas esse de descaso, mas também supondo a utilização de práticas de desvio. Sendo assim, para além de acusar as autoridades quanto a assistência insuficiente dos “pobres desvalidos”, o jornal “*A época : Órgão conservador (PI)*”, ainda, supõe que uso teriam as verbas que eram destinadas para esse fim. Segundo diversas notícias, os contratantes se utilizariam em benefício próprio dos recursos recebidos, fazendo dessa política assistencialista do governo um meio de enriquecer, não cumprindo, portanto, como deveria seu real objetivo: ajudar os “flagelados infelizes”:

Medite o Sr. Barros Pimentel com calma (...) de que a permanência dos actuais núcleos não tem razão de ser, - apenas exprimem outros tantos sorvedouros dos dinheiros públicos sem vantagem real para esses infelizes, aos quaes se busca socorrer; - mas somente em proveito de certos *espertalhões* que fazem da política – verdadeira mercancia.<sup>68</sup>

Diante disso, percebe-se que tal jornal representou em alguns momentos, uma forte oposição às práticas governamentais no período da seca. *A Época* em abril de 1878 trás, ainda, forte acusação ao governo, destacando em notícia a falta de auxílios para os “desvalidos”:

E’ eminentemente aterrador o nosso estado de cousas. (...) a população emigrante nesta capital arrasta-se faminta, nua e doentia pelas ruas da cidade a esmolar o pão da caridade; por que na casa em que se diz que o governo manda distribuir viveres para ella, só se os vende pelo mesmo preço que no mercado – onde vae achar dinheiro quem não tem um punhado de farinha de para comer, e um pedaço de panno para cobrir a nudez? Supporta os rigores da estação debaixo das arvores, nas praças publicas, e quando suas forças se abatem ao peso da miséria e da fome, e a morbidez de seu corpo a prosta em leito de dôr, só encontra por cama as calçadas da rua (...)

Qual foi a casa que o governo já destinou para esses infelizes doentes receberem o devido tratamento, os quaes encontramos diariamente pelas ruas desta cidade?

Qual foi a providencia que tomou para não se reproduzir o triste e doloroso facto de morrerem de fome em pleno dia –defronte do armazém de viveres da comissão de socorros pobres e infelizes imigrantes?

Forçados a comerem substancias nocivas a saúde, acoçados pelas febres intermitentes os migrantes cearenses nesta capital – nús e desabrigados apresentam um grado digno de lastima, que bem traduz a incúria desde governo que se diz salvador da honra do paiz!

As noticias que nos chegão de todos os pontos são as mais constrictadoras possíveis! Por toda parte, pelas ruas, pelas estradas, ... o quadro que se offerece a vista é tétrico e aterrador!

---

<sup>68</sup> BN/HDB. *Jornal A Epoca : Orgão conservador (PI)* – 1878 a 1884. Ano I nº5, 04/05/1878, p. 2. Disponível

em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164135&PagFis=0&Pesq=n%C3%BA%20e%20desabrigados%20apresent%C3%A3o>>. Acesso em: 15/11/2017.

Oeiras, Jaicos, príncipe-imperial, independência, Pedro 2º, Marvão, S. Raymundo nonato e quasi todos os municípios da província estão votados a completo abandono e aniquilamento.

O povo vaga maltrapilho e faminto, e por toda parte, à todos os cantos se encontram vítimas, que a fome atirou na sepultura. E o coronel tem tomado pomptas e econômicas medidas!<sup>69</sup>

Diante disso, como pode ser visto o número de denúncias presentes nos jornais é grande. Essas, apesar de em grande parte apresentarem o posicionamento de defesa ou ataque frente as autoridades da época nos mostram sobre a situação vividas pelos migrantes no período da seca. Dessa forma, para além de tratar sobre o cenário que a seca trás para a província, bem como denunciar o possível descaso das autoridades frente os necessitados, os jornais ainda tratavam sobre os sujeitos mais afetados pela seca de 1877-79: os pobres migrantes. Por meio das notícias é possível analisarmos o olhar que tais jornais tinham acerca desses sujeitos que com fome passaram a perambular pelos diversos municípios, em especial na capital Theresina. O estado a que os “pobres desvalidos” se encontravam naquele momento é algo que se encontra frequentemente nas notícias.

O jornal *A Epoca : Orgão conservador (PI)* em notícia publicada em 1878, nos trás uma visão da situação que os migrantes se encontravam ao chegar na capital da província. Diante dessa notícia apresentada no segundo ano da seca pelo jornal, percebemos o quadro lastimável a que se encontravam as pessoas sem ter alimento para sua sobrevivência:

Afflictivo e contristador é o aspecto que estes infelizes apresentam nesta capital: compunge vêr-se esses esqueletos ambulantes invadirem as casas dos particulares, estendendo a mão *mirrada* à esmolar as migalhas, com que esperam adiar por mais algumas horas a morte certa, imposta pela *fome* e pela *nudez*.<sup>70</sup>

Diante dessa notícia apresentada no segundo ano da seca pelo jornal *A época*, percebemos o quadro lastimável a que se encontravam as pessoas. A mendicância era a alternativa encontrada inicialmente, pois, muitos ao chegar recorriam a prática de pedir esmola como forma de tentar “adiar” sua morte. Nota-se que os migrantes são tratados frequentemente em ambos os jornais com termos como “infelizes”, “esqueletos ambulantes”, “desgraçados” etc., representando dessa forma, o olhar que o jornal tinha sobre essa classe. Segundo depoimento de muitos, as ajudas que partiam do governo eram insuficientes. O jornal trás um posicionamento crítico às atitudes do governo liberal que atuava no momento, buscando mostrar o quadro lamentoso que se encontrava a capital da província.

<sup>69</sup> BN–HDB. Jornal *A Epoca : Orgão conservador (PI)* 1878-1884. Ano I nº 2, 13/04/1878, p. 1.

<sup>70</sup> BN–HDB. Jornal *A Epoca : Orgão conservador (PI)* 1878-1884. Ano I nº12, 22/07/1878, p. 2

Vemos ainda algumas vezes as “vozes” dos próprios migrantes que eram inseridas como forma de depoimento em algumas notícias para representar o quadro que estes estavam sujeitos. Na seguinte notícia, vemos que o Jornal *A Época : Órgão conservador* apresenta uma possível fala de um migrante que não foi identificado se lamentando da falta de auxílio do governo:

não nos deixão fallar ao presidente; em quanto ao chefe de policia, debalde nos remete elle ao presidente da commissão de socorros, o Sr. Newton Burlamaque, a quem raras vezes encontramos; e nessas mesmo nos trata com aspreza incrível. Quando nos atende, manda dar-nos para uma semana algumas grammas de carne sem sal e sem farinha, porque, diz elle, o governo não tem o que dar!<sup>71</sup>

Deve-se destacar que no período da publicação da notícia, junho de 1878, o governo estava sob administração dos políticos liberais. Diante disso, o jornal *A Época*, como um órgão conservador logo depois de apresentar o possível depoimento do migrante que acusa as autoridades de descaso, questiona acerca do comportamento dos liberais:

E’ assim que os homens, que se adornão com o pomposo titulo de liberaes, tratão o povo na sua maior miséria; ao povo com cuja credibilidade tanto tem espetaculado?! (...) não seria melhor deixal-os morrer disseminados por todos os pontos da província, do que acumulal-os neste matadouro, abandonados a si mesmos, aumentando as nossas aflições e as nossas misérias?! Basta, Sr. Dr. Barros Pimentel (...). socorra S. Exc. Ao infeliz, que a seca fez medigo: veja-o com os próprios olhos; desça desse palácio e venha testemunhar comnosco as misérias que não conhece porque nada lhe falta (...).<sup>72</sup>

É interessante destacarmos também a forma como os jornais viam os pobres migrantes que vagavam pela província em busca de socorros. O combate à ociosidade e a vagabundagem era uma preocupação também recorrente nos jornais, independente do seu posicionamento político, visto que, como já foi dito em momentos anteriores, aquele era um momento em que a província buscava modernizar-se. Diante disso, o Jornal *A Imprensa*, em setembro de 1877 publica uma notícia quanto ao que deveria ser feito para que essa população flutuante não representasse um perigo para o controle social:

Como medida salutar a bem da manutenção da moralidade e boa ordem, convem que as commissões convidem os emigrantes ao trabalho nas obras de reconhecida utilidade pública em projeto ou andamento, afim de prevenir os maos effeitos da ociosidade. A esses que assim resolverem ministrarão uma ou outra ferramenta, durante o tempo de serviço (...).<sup>73</sup>

<sup>71</sup> BN – HDB. Jornal *A Época : Órgão conservador (PI)* 1878-1884. Ano I nº12, 22/07/1878, p. 2

<sup>72</sup> BN – HDB. Jornal *A Época : Órgão conservador (PI)* 1878-1884. Ano I nº12, 22/07/1878, p. 2

<sup>73</sup> BN–HDB. Jornal *A Imprensa : Periodico politico (PI)*- 1865 a 1889. Ano XIII nº 518, 25/09/1877, p. 4.

O jornal na notícia acima aconselhava que as autoridades por meio das comissões incitassem essas pessoas ao trabalho, visto que, essa seria uma boa forma para ocupá-los, e, portanto, um meio de combater o surgimento de práticas ociosas.

Entretanto, devemos perceber que o trabalho não seria utilizado apenas como um meio de combater a vagabundagem, tal como diziam as autoridades, mas também uma forma de aproveitar essa mão-de-obra, pois, na medida em que recebiam auxílio do governo, deviam contribuir com o mesmo. Diante disso, o jornal *A Época*, em maio de 1879 publica notícia sobre a necessidade de ocupar essas pessoas em trabalhos úteis:

Logo que essa comissão começou a funcionar, a sua primeira deliberação foi dar qualquer ocupação aos emigrantes validos, por entender que a esmola aviltava, e seria um grande erro, se não um perigo futuro, em plantar por conta do governo a ociosidade em uma população, que ainda tinha certo pudor, e aceitava o trabalho, embora parcamente remunerado, como um grandioso benefício do estado. (...) a comissão, socorrendo os inválidos, por moléstia e pela idade, aproveitava ao mesmo tempo o serviço dos que podião trabalhar (...) a comissão, portanto, sem trahir aos seus deveres de socorrer aos necessitados ... não descuidou de sua missão humanitária, mas a conciliou, ... com a satisfação de uma necessidade publica indeclinável de que se ressentia essa villa (...).<sup>74</sup>

Portanto, diante do que foi falado os jornais representaram naquele momento de seca e da constante presença de pobres migrantes, importante meios de denúncias e porquê não dizer de debates políticos. Na medida em que narravam sobre as consequências da seca para a província do Piauí e sobre o estado deplorável a que se encontravam os pobres migrantes, os jornais atavam seus opositores por meio principalmente das críticas quanto a forma da sua administração e quanto a forma como as assistências eram distribuídas.

## **2. O PAPEL DA ASSISTÊNCIA NO PIAUÍ NO CONTEXTO DA SECA**

### **2.1. Caridade X Assistência: Mudanças Históricas**

Os pobres, categoria sempre presente no meio social, em diversos momentos da história precisaram de auxílios para sua sobrevivência. Esses, em especial em momentos de crise, com dificuldades para sobreviver necessitavam de diversas ajudas para passar por momentos de maior dificuldade, pois o estado de pobreza podia ser ainda maior em períodos de crise, como por exemplo, durante a seca que assolou o norte do império em 1877 e que

---

<sup>74</sup> BN–HDB. *Jornal A Época : Órgão conservador (PI) – 1878 a 1884. Ano II nº 61, 31/05/1879, p. 3.*

perdurou até 1879. É importante ressaltarmos que o termo pobreza é difícil de ser definido, visto que, o mesmo muda com o tempo. Segundo Maria Antónia Lopes:

(...) é pobre na época moderna todo aquele que sofre de privações pelo menos numa das seguintes necessidades básicas: alimentação, vestuário e alojamento.<sup>75</sup>

Deve ser lembrado também que muitas pessoas que viviam na insegurança do trabalho, conseguiam em períodos considerados normais, sobreviver suprindo as necessidades básicas. Entretanto, ao enfrentar momentos de crise se viam vítimas da pobreza, faltando os recursos básicos acima citados. Segundo Lopes apesar da dificuldade em definir o que é pobreza, afirma que pobre é aquele que não possui meios para seu sustento, pois, todo aquele que mesmo depois de suprida suas necessidades básicas, ainda sobra excedentes para bens considerados “supérfluos” pode ser considerado rico. Diante disso, podemos considerar os migrantes assolados pela seca como pobres, visto que, estes não apresentavam recursos sequer para o básico, como alimentação.

Os migrantes da “grande seca” (1877-79), em boa parte viviam do seu trabalho no campo, dependendo da agricultura e especialmente do gado, no caso do Piauí. Com a seca, essas pessoas passam a viver um momento difícil em que faltam suprimentos básicos, sendo levadas a um estado de indigência. De acordo com Lopes:

(...) todas as famílias que dependiam do trabalho manual podiam viver em situação de pobreza iminente ou na mais completa indigência, incapazes de prover às necessidades mínimas. (...) muitos havia que, embora subsistindo em situações normais, eram totalmente incapazes de enfrentar os momentos adversos concretos que os atingiam de forma recorrente: a doença, o desemprego, o número crescente de filhos, o pagamento de um funeral, um desastre, (...).<sup>76</sup>

Os migrantes cearenses que adentraram a província do Piauí nesse período, por exemplo, em grande parte vivia por meio do seu trabalho no campo, e devido a falta de chuva se veem imersos em uma crise cujas consequências são a falta de condições mínimas tais como o vestuário, alimentos etc. Os migrantes naturais do Piauí como é percebido em algumas documentações viviam também em grande parte no campo, e ao sentir os efeitos da seca são levados ao estado de miséria, e a dependência da caridade:

---

<sup>75</sup>LOPES, Maria Antónia. Pobreza, Assistência E Controlo Social Em Coimbra (1750-1850). Palimage Editores, Vol I, 2000.

<sup>76</sup> Ibidem, 2000. p. 16.

A caridade, percebida em uma perspectiva religiosa de assistência aos necessitados, quer de forma individualizada ou por meio da igreja, florescia no contexto de mazelas ocasionadas pela seca, escassez, fome e doenças.<sup>77</sup>

Esses pobres sem meios para sobreviver como já foi dito, dependem do auxílio de outras pessoas, sendo dependentes, por exemplo, da caridade de particulares ou da assistência das autoridades. A prática da caridade era algo bastante incentivado pela igreja, pois, o fiel devia ser caridoso para com seus irmãos para se aproximar de Deus. Diante disso, muitos migrantes que enfrentavam situações de extrema pobreza esperavam por isso: “Solene e contristador era o quadro que tinham presente e que lhes ofereciam aquelas famílias, que se retiravam evitando a morte, levando consigo apenas o conforto da esperança de encontrarem algures os auxílios da caridade.”<sup>78</sup> A caridade era, portanto, um meio que as pessoas de elite, estimuladas pela igreja cristã, viam para praticar suas ações cristãs, sendo a representação do amor a Deus. Dessa forma, ter pessoas pobres era algo “bom”, pois por meio delas as pessoas de elite poderiam praticar as boas ações cristãs, por meio das esmolas, por exemplo. A caridade, portanto é:

(...) é amor a Deus (...) a caridade estabelece assim a comunhão do divino com o humano e, como consequência, dos homens entre si. Distingue-se da misericórdia porque esta é compaixão pelo próximo, que não nasce do amor a deus, mas da identificação com o sofrimento alheio.<sup>79</sup>

Dar esmolas, portanto, representava uma prática cristã, de amor a Deus, pois, se Deus ama os pobres, também amaria a quem os ajudasse. Diante disso, a esmola representava grande importância para igreja, e conseqüentemente para seus fieis, sendo uma obrigação dos ricos para com os pobres que não tinham como sobreviver. Os preceitos cristãos incentivavam seus fieis ricos a distribuir aos necessitados parte de seus bens:

A esmola é para a igreja um preceito absoluto, isto é, obrigatória. É um direito dos pobres e um dever dos ricos. Não se trata de generosidade, de um acto de benefício, como dirão os governantes liberais oitocentistas a propósito da assistência pública, a que chamam caridade ou beneficência.<sup>80</sup>

Diante disso, devemos perceber que a prática de dar esmolas não era uma representação dos ricos de amor ao próximo, mas era utilizada como sendo de benefício a si mesmo, visto que, ao fazer isso, estaria se aproximando de Deus, bem como recebendo graças

<sup>77</sup> GADELHA, Georgina da Silva; LIMA, Zilda Maria Menezes. “Cortejo de miséria: seca, assistência e mortalidade infantil na segunda metade do século XIX no Ceará.” *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 2, p.101-118, ago-nov. 2017.

<sup>78</sup> CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro: Hermione e Abelardo, a mulher de ouro**. E. ed. Teresina: Convênio APL/UFPI, 1993. 128p. (coleção Re-Viver, 2).

<sup>79</sup> LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, Assistência E Controlo Social Em Coimbra (1750-1850)*. Palimage Editores, Vol I, 2000.

<sup>80</sup> *Ibidem*, 2000. p. 68.

para si próprio, como o perdão dos seus pecados. Segundo Lopes era uma “economia de salvação”, cujo principal meio motivador era o interesse próprio.

A esmola legitimava-se porque existia um pacto social e divino que a impunha, mas dava-se, sobretudo, por interesse próprio. Dava-se porque se lhe atribuía um valor sacramental como portadora de graças. Dava-se não por amor ou solidariedade com o infeliz, mas por amor a Deus e apenas dando-a por Ele a esmola era redentora. Dava-se porque se esperava receber em troca muito mais.<sup>81</sup>

Nesse momento, os pobres que assolados pela seca passaram a viver em estado de mendicância dependiam inicialmente em grande parte das esmolos ofertadas pela elite cristã. Por meio dessa prática é possível perceber a força que a igreja tem sobre essa sociedade, pois, contribuía significativamente para que seus fieis praticassem a caridade para com seus “irmãos” miseráveis. A religião estava bastante presente na vida dessas pessoas. Diante disso, Araújo destaca:

Atribuímos a prática da caridade pública, por parte das famílias abastadas, ao sentimento de religiosidade pregado pela igreja católica, na máxima conhecida por todos do ‘Amai-vos uns aos outros’.<sup>82</sup>

Sendo as condições de vida da população migrante bastante precárias, essas pessoas dispunham de poucos meios para sobreviver, sendo uma delas a caridade de particulares como já vem sendo falado. A esmola era um meio que os migrantes encontravam para resistir naquele momento. De acordo com Araújo: “Diante da situação de miséria, pedir esmolos era uma prática comum dos ‘desclassificados’ para assegurar sua sobrevivência. Existia em Teresina um número considerável de indivíduos pobres e marginalizados.”<sup>83</sup>.

Entretanto, aos poucos essa visão sobre os necessitados e as ações de caridade vão se transformando. As pessoas já não viam com bons olhos os mendigos em suas portas suplicando por socorro, pois vai crescendo a ideia de que essas devem ser amparadas não apenas pela caridade de particulares, mas também pelas assistências públicas. Os pobres passaram a ser vistos como um problema do Estado, sendo seu dever criar meios para a diminuição da pobreza. Além disso, as esmolos passaram a ser vistas como incitadoras da vagabundagem, pois, na medida em que aqueles pobres recebiam ajuda facilmente, ou seja, sem esforço próprio, esses não eram levados ao trabalho. Diante disso, alguns, em especial a

---

<sup>81</sup> LOPES, Maria Antónia. Pobreza, Assistência E Controlo Social Em Coimbra (1750-1850). Palimage Editores, Vol I, 2000. p. 82.

<sup>82</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

<sup>83</sup> Ibidem, 2010. p. 88.

elite, colocam a extinção da esmola como um meio para acabar com alguns problemas ligados à pobreza, bem como com a carência de força de trabalho:

Muitos são os que fazem da extinção da esmola a panaceia para a resolução dos problemas para a ociosidade, mendicidade, vagabundagem e falta de braços de trabalho. Atende-se que frequentemente o que preocupava os projectistas não era tanto o espetáculo das injustiças sociais, mas sim a questão da falta de mão-de-obra barata (...). gente ociosa e vadia que não criava riqueza nem descendência (...) gente que comia à custa dos que trabalhavam crescendo as dificuldades destes (...). era pois necessário fixar as populações e torna-las laboriosas, econômicas e previdentes.<sup>84</sup>

Dessa forma, a caridade vai sendo substituída em partes pela assistência pública. O problema da pobreza devia ser de responsabilidade das autoridades, que deviam criar meios para assisti-los, controlá-los e quando possível, inseri-los em algum trabalho. Segundo Lopes o que se pensava a respeito dos pobres era: “Socorrer quem não pode ganhar o seu sustento e obrigar a trabalhar os que podem fazer é o ponto de partida para um combate eficaz à indigência.”<sup>85</sup>. Com isso, a Província do Piauí criou medidas assistencialistas que passaram a assistir e controlar os pobres “desvalidos”. Algumas dessas assistências irão ser tratadas ao longo do capítulo.

Portanto, notamos diante do que foi dito que inicialmente a caridade era uma prática comum em especial entre a elite cristã. Sendo assim, esta contribuía em partes para o amparo aos pobres “indigentes”, entretanto, depois essa situação se transforma, pois a prática de doar esmolas foi sendo mal vista, bem como passando a responsabilidade para com esses pobres para as autoridades. Vemos uma transformação em relação a forma de se lidar com a pobreza, pois sob assistência do governo, esse vai buscar transformar esses miseráveis em mão-de-obra.

## **2.2. Instituições de auxílio à pobreza**

Antes da chegada dos retirantes, a seca não era um problema tão grave para a Província, pois o contingente de pessoas não era tão alto, sendo a quantidade de recursos relativamente suficiente. Entretanto, com a entrada de tantos “indigentes”, essa passou, então, a ser sentida de modo mais intenso na província do Piauí, passando a necessitar de maiores recursos para suprir toda essa população. É importante destacar que antes da chegada de migrantes, no Piauí já havia pessoas consideradas “marginais” pelas autoridades, ou seja,

---

<sup>84</sup>LOPES, Maria Antónia. Pobreza, Assistência E Controlo Social Em Coimbra (1750-1850). Palimage Editores, Vol. I, 2000.

<sup>85</sup>Ibidem, 2000.

aquelas que viviam das práticas de mendicância, e que não eram bem vistas pela elite, pois eram vistas como representação de uma imagem de atraso social. Os migrantes que adentram ao Piauí somaram-se a essas pessoas, fazendo com que o cenário de miséria fosse aumentado:

A propósito dessa população flutuante e anônima que rondava internamente a província do Piauí, a partir de 1877 a situação agravava-se, somam-se a estes os migrantes. Foi impossível controlar essa gente, pois, além do baixo contingente policial, as migrações eram internas e externas.<sup>86</sup>

Diante desse contexto, surge a preocupação a respeito de onde esses “desvalidos” se instalariam, visto que, como já foi falado, não representavam uma boa imagem para a província. Com isso, surge a necessidade de se criar meios que acolham e afastem essa população mendicante das ruas, para que não atrapalhasse a “boa ordem”. Para isso, os núcleos coloniais surgem como medida para evitar que essas pessoas vagassem pelas ruas:

No nordeste, a população sertaneja, sentindo a falta de água, o desaparecimento dos rebanhos e a impossibilidade de preservar a economia de subsistência, inicia a migração. (...) Uma grande parte dos imigrantes, ao passar por essa província [do Piauí], não prosseguia, em virtude da fraqueza física provocada pela fome e epidemias, sendo orientadas a se engajarem nos núcleos coloniais para evitar sérios riscos de aglomerações na capital.<sup>87</sup>

Esses migrantes não tendo onde viver ou como se alimentar, nem como prosseguir caminho se fixam no Piauí em busca de auxílio. Diante disso, surge, a necessidade de o governo tomar medidas assistencialistas que amparassem esses pobres “flagelados”, devendo ser dado pelas autoridades um suporte quanto as suas primeiras necessidades, no caso a alimentação, medicamentos, roupas, etc. Para além disso, instituições deveriam se voltar para assistir a esses povos que representavam para a elite um perigo.

Desse modo, o Piauí representou naquele momento um local de “auxílio” para as províncias vizinhas, na medida em que, conteve uma grande leva de migrantes em seu território, buscando tomar algumas medidas imediatas para conter o problema. Isso foi feito, por meio da criação de instituições assistencialistas de auxílio à pobreza que representavam para os migrantes a esperança de não morrer de fome:

Vagas de famintos de outros estados adentravam o território piauiense em busca de refúgio, alimentando as crônicas das tragédias locais. Mesmo após 1877 e ainda por um longo tempo, o Piauí viria a desempenhar um notável papel de anteparo às periódicas perturbações da economia de seus vizinhos, atuando sempre no sentido da preservação da mão-de-obra ameaçada. Os

<sup>86</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

<sup>87</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

problemas clássicos da ‘seca nordestina’ surgiam, então, no Piauí, não devido a fatores internos, mas sim em razão dos retirantes de outros Estados. Para todos os efeitos o drama vinha de fora..<sup>88</sup>

A seca de 1877/79 atingiu a população de forma bem intensa, deixando muitos na extrema miséria. Diante disso, era recorrente a criação de instituições que amparassem os pobres “desvalidos”, e que, diminuísse as consequências de tal fenômeno. Com isso, o governo imperial (naquele momento sob o comando de D. Pedro II) passou a destinar verbas para serem utilizadas como forma de auxílio para os flagelados. É importante falar que tais medidas tinham inicialmente um caráter emergencial, se caracterizando pela intervenção do governo por meio de medidas de auxílio, como por exemplo, fornecendo alguns produtos que os flagelados careciam como, alimentos de primeira necessidade. Não havia, portanto, uma política bem estruturada para o combate do problema: “A intervenção do governo imperial na crise socioeconômica afetada pelo fenômeno da seca 1877/79 (...), foi de caráter assistencialista com distribuição de remédios e gêneros alimentícios, através principalmente da comissão de Socorros Públicos (...).”<sup>89</sup>

Nesse momento, a seca já passava a representar um grande problema também para a província do Piauí. Como já foi falado, o Piauí não tinha grande desenvolvimento econômico, e, portanto, não tinha condições ideais para conter esse grande número de pessoas. As autoridades buscam, então, criar meios para solucionar ou pelo menos amenizar os efeitos do grande contingente de pessoas e da falta de recursos básicos. Com isso, são criadas pelo governo políticas de auxílio e controle a esses “desvalidos”, como tentativa de conter essa situação a qual o Piauí estava imerso. É importante lembrar que o termo “desvalido” muda seu significado. Segundo José Weyne Freitas Souza na segunda metade do século XIX:

O termo ‘desvalido’ era basicamente empregado para designar alguém vítima de violência, que devido a sua condição de velho, mulher ou criança era considerado incapaz de se valer pelos seus próprios meios. o termo foi utilizado nos séculos XVIII e XIX para categorizar situações sociais distintas – primeiro a violência, decorrente da falta de segurança pública, e depois as secas.<sup>90</sup>

Durante o período em que a seca se inicia no nordeste, a região do Piauí, passou a ser “palco” de uma grande quantidade de pessoas que vagavam pelas ruas em busca sobrevivência, e que não apresentavam condições para conseguir tais meios. Essas pessoas

<sup>88</sup> DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

<sup>89</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

<sup>90</sup> SOUZA, José Weyne Freitas. **Secas e socorros públicos no Ceará, doença, pobreza e violência (1877-1932)**. Projeto história, São Paulo, n. 52, pp. 178-219, jan.-abr. 2015.

passam a depender inicialmente das autoridades. São frequentes os pedidos de ajuda às autoridades para amenizar o problema consequente da seca, sendo recorrente nos documentos analisados, os requerimentos e as súplicas, pois, naquele momento as instituições de socorros das autoridades representavam a esperança que aquelas pessoas tinham para sobreviver:

A ajuda tão esperada do governo provincial era a esperança que essas pessoas tinham para amenizar a situação de pobreza e mendicância que acometia Príncipe Imperial e que se ampliou para o termo de Independência. Sobre essa ajuda, as autoridades tinham antecipadamente as “bênçãos d’aquella porção de Piauhyenses” e de cearenses que suplicavam para serem atendidos com módicos recursos que dessem para abancar a fome e os fortalecessem a procurar, em meio ao sertão insólito, forças para continuar o trabalho e novamente buscar a terra como lugar de conforto e segurança para a família.<sup>91</sup>

Diante disso, percebemos que naquele momento, a esperança daquele povo de sobreviver estava depositada nas autoridades e em suas práticas de auxílio, e que por conta disso, quando recebiam, aqueles abençoavam esses, como se fossem seus salvadores. Roupas, gêneros alimentícios, medicamentos, ambulâncias, tudo isso passou a ser distribuído por meio de comissões de socorros que visavam amparar de modo imediato essas pessoas. Como podemos perceber através de documentos da época, as autoridades do período passaram a distribuir uma série de recursos a fim de auxiliar no amparo a essas pessoas, pois, inicialmente essas medidas imediatas eram o único meio delas sobreviverem.

Entretanto, é importante ressaltarmos que apesar de terem sido criadas instituições para devido fim (o auxílio aos “indigentes”), e de terem sido destinados diversos recursos do império para as províncias assoladas pelo problema, diversas das fontes analisadas, em especial os jornais, apontam que tais recursos não foram utilizados tal como deveriam, e talvez por conta disso, o problema da seca tenha sido sentido de modo tão intenso. José do Patrocínio no folhetim sobre a seca, “Os retirantes” de 1879, já narrava as cenas vistas sobre os pobres necessitando de auxílios das comissões: “A verdade era que a cena excedia a tudo quanto a imaginação podia cogitar de mais degradante; e, o que era pior, a alma dos desgraçados, aclimando-se naquele meio corruptor, afazia-se a ele, e como que não se doía de ver-se contaminar por ele.”<sup>92</sup> A respeito dessa distribuição de socorros públicos ele ainda

<sup>91</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

<sup>92</sup> PATROCÍNIO, José do. **Os retirantes**. 1879.

completa: “Realizava-se aí uma das mais tristes e inacreditáveis cenas da seca, a distribuição dos socorros.”<sup>93</sup>

Outro fator importante de ser lembrado é a problematização trazida por Araújo 2010, a respeito do real objetivo das autoridades por meio dos mecanismos de “auxílio”. Ela se questiona se esses visavam apenas dar assistência a esses migrantes ou também controlá-los e discipliná-los em um momento em que o desejo dessas classes era o progresso, a modernização.

Segundo Araújo, com o problema da seca em 1877, muitas pessoas passam a ser amparadas por algumas medidas assistencialistas que mais que ajudar procura utilizar-se do que de início era um problema, transformando isso em benefício próprio. De acordo com a análise dessa autora, as práticas corruptas de beneficiamento de um grupo existiam. As pessoas que se encarregavam de gerenciar e administrar políticas contra a seca se aproveitavam disso, se preocupando muitas vezes em apenas se beneficiar e deixando os flagelados sem ajuda necessária. Diante disso, entendemos o porquê de haver tantas denúncias em jornais a respeito do descaso quanto às autoridades. Os recursos para o auxílio eram fornecidos, entretanto, não eram distribuídos como deveriam. Luciana Brito nos mostra que na província do Ceará essas práticas também existiam, não sendo criadas medidas efetivas para solucionar o problema tão recorrente:

(...) a insuficiência de distribuição de alimentos por parte dos órgãos públicos, que executavam suas ações de modo paliativo diante da calamidade. Essa prática foi adotada em função da concepção reinante entre os membros da administração pública, que consistia, e ainda consiste, na ideia de não executar grandes obras para solucionar a crise das secas. (...) onde há a presença de ilícitas vantagens que certos grupos dominantes acabam obtendo à custa do sofrimento das vítimas das secas.<sup>94</sup>

Tal como já havíamos nos questionado a respeito da existência de práticas de desvios de recursos, na obra “O Quinze”<sup>95</sup> de Raquel de Queiroz, pode ser observado a existência de tais práticas. Nesse momento, Raquel de Queiroz destaca que havia algumas políticas assistencialistas do governo para com as pessoas assoladas pela miséria, como por exemplo, a distribuição de passagem para essas pessoas se deslocarem. Entretanto, nem sempre essas eram distribuídas entre os migrantes devidamente, visto que quem o fazia, buscava lucrar com isso.

<sup>93</sup> PATROCÍNIO, José do. **Os retirantes**. 1879.

<sup>94</sup> BRITO, Luciana. **A fome retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX**. Revista Estação Literária, Londrina, Vol. 10B. p. 111-125, jan. 2013.

<sup>95</sup> QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro : José Olympio, 2012.

Podemos perceber que em geral os recursos eram enviados para conter os efeitos da seca, no entanto, em muitos casos esses eram desviados com o propósito de beneficiar quem os gerenciava. Além disso, fazendo um paralelo entre as duas secas, podemos notar assim que mesmo com o passar do tempo, os problemas consequentes do fenômeno continuam, mesmo que de forma mais branda, não havendo, portanto, políticas públicas bem estruturadas que busquem solucionar o problema.

Diante disso, analisando a forma de gerenciamento de uma das instituições de auxílio criadas naquele momento (as comissões de socorros), podemos perceber através de um documento em resposta a comissão do município de Príncipe Imperial, datado de 13 de julho de 1877, e de Nº 484, que a medida de distribuição em dinheiro era ilegal, sendo essa medida proibida em documento anterior, de Nº 268. Segundo o documento, não será mais aprovado nova solicitação de auxílio em dinheiro:

Em resposta ao officio da comissão de socorros de Principe Imperial, de 23 de junho ultimo, tenho à dizer-lhe q' fiquei ciente de ter a mesma comissão recebido o cento de reis, que lhe remetti pelo cidadão Firmino José Rosa. (...) já havendo recomendado a essa comissão em officio nº 268 de 25 de maio ultimo, que não fizesse tal distribuição em dinheiro e sim em gêneros alimentícios, não aprovarei mais e dava em diante, ... ser ilegal, semelhante medida. A comissão de socorros públicos de P. imperial. <sup>96</sup>

Diante de tal documento, podemos analisar que a solicitação de recursos em dinheiro era ilegal e que o auxílio deveria ser dado em gêneros alimentícios. Isso nos faz pensar a respeito das práticas de desvios já mencionadas anteriormente, visto que, os auxílios sendo distribuídos em dinheiro facilitariam os desvios dos mesmos. Desse modo, nos questionemos se tal medida seria ilegal por conta desses desvios que pareciam ser recorrentes naquele momento, por alguns que eram encarregados de administrar e distribuir tais recursos. Entretanto, apesar dos possíveis desvios, as instituições de auxílio que foram criadas representavam um dos poucos meios de amparo a essa população flagelada pela fome e moléstias.

Como sabemos, durante o período da seca, com a vinda de migrantes para o Piauí, essa província passa a ter que lidar, então, com esse aglomerado de pessoas que passaram a ser vistas com “maus olhos” pela elite local, e que por falta de recursos passaram a depender do auxílio das pessoas de maiores condições, por meio principalmente das medidas assistencialistas, criadas pelas autoridades. Entretanto, tais medidas passaram a representar

---

<sup>96</sup>APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício destinado a comissão de socorros de Príncipe Imperial a respeito do descumprimento de ordem sobre a distribuição de auxílio.

não apenas um auxílio, mas também um meio de “conter” essas pessoas, pois, eram vistas pela elite e autoridades como um perigo social para a província. Diante disso, as diversas medidas assistencialistas criadas pelo governo para conter os problemas surgidos com a seca, foram criadas não apenas para ajudar essas pessoas, mas, também segundo alguns autores como Araújo, e Santana como instrumentos de controle e disciplinarização social, buscando normatizar essas pessoas por meio principalmente do trabalho. Tal como destaca Márcia C.B. Santana:

a seca, ao atingir segmentos mais pobres da população, levou a discussão da necessidade de criação de instituições que abrigassem esses grupos formados por mendigos, órfãos, trabalhadores pobres, migrantes e loucos, ocasionando a prática de caridade e o combate à criminalidade.<sup>97</sup>

Diante disso, diversas foram as assistências criadas pelo governo durante esse período. Essas tinham diversos propósitos, como fornecer gêneros alimentícios, roupas, medicamentos (no caso das comissões de socorros públicos), bem como também auxiliar os “desvalidos” quanto as doenças a quais eram acometidos, e, além disso, fornecer ocupações úteis para essas pessoas “flageladas” que viviam pairando pelas ruas em busca de sobrevivência. Entretanto, mais do que fornecer uma “ajuda solidária”, as medidas assistencialistas pretendiam resolver o problema que acarretava o atraso: os pobres. Esses sujeitos que compunham um grupo composto por diversos sujeitos (mulheres, homens, crianças, órfãos, migrantes, trabalhadores livres etc), eram vistos como os ocasionadores da desordem e do atraso da província e em especial da cidade de Teresina. Diante disso, as medidas assistencialistas criadas pelas autoridades buscaram também suprir o anseio das elites: criar meios para que esses sujeitos pobres não representassem mais os “perturbadores” da ordem e não atrapalhassem o desenvolvimento da província. Tirar os mendigos das ruas para que Teresina pudesse se civilizar, e para que a elite (detentora do poder) pudesse controlar e vigiar esses pobres era alguns dos propósitos das autoridades:

pelo imaginário dos teresinenses perpassava a ânsia por uma cidade ‘progressista’ e ‘civilizada’. Daí a preocupação de limpar as ruas e os locais onde os homens e mulheres pobres, os órfãos, os mendigos e os loucos viviam. [as] instituições visavam o controle da pobreza (...) [e] tinham um objetivo comum: organizar o espaço urbano da cidade e controlar sua população miserável, na tentativa de refletir uma Teresina ‘higiênica’ e ‘civilizada’.<sup>98</sup>

<sup>97</sup> SANTANA, Márcia C. B. . **Assistência e Combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920)**. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

<sup>98</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

A elite teresinense tinha o objetivo de tirar das ruas os pedintes, que eram incômodos, normatizar e controlar essas pessoas. As autoridades desejavam um ordenamento social, e para isso era necessário enquadrar essa população “desvalida” de acordo com suas normas: “Na província do Piauí as autoridades (...) articularam ações de disciplinamentos, objetivando alcançar a ordem social, a prosperidade, o zelo pela ‘tranquilidade pública’ e a ‘segurança individual’<sup>99</sup>. Isso era mais fácil de ser feito esses estando nas instituições de assistência. De acordo com Araújo: (...) A elite piauiense criou dispositivos de vigilância e repressão, exercidos através das autoridades policiais, jurídicas e senatoriais, com o objetivo de enquadrar o homem pobre nos limites da ordem na sociedade do trabalho”<sup>100</sup>.

Diante disso, Era necessário segundo as autoridades, que houvesse uma disciplinarização e um controle dessas pessoas pobres que passaram a vagar pela cidade por conta das condições resultantes da seca. Isso foi feito principalmente através de instituições como a criação de comissões de socorros, colégios, hospitais, hospícios, núcleos coloniais etc. Esses sujeitos pobres viviam “à margem” da sociedade, visto que, para as autoridades esses representavam um “perigo social”, buscando-se sempre afastá-los para que não atrapalhassem o desenvolvimento e a ordem desejados. Como ressalta Santana, as elites e autoridades viam algumas instituições como meios de controlar esses sujeitos:

Era com essa tônica que se constituía um discurso entre intelectuais, políticos, médicos e autoridades relacionadas à organização da cidade à busca de uma Teresina mais civilizada, em indivíduos desprovidos de condições financeiras, trabalhadores desocupados, mendigos, vadios e loucos deveriam ser encaminhados para os espaços como os asilos de mendicância e de alienados, a cadeia pública, o hospital e os desocupados aproveitados em obras que ajudariam a dar continuidade ao crescimento da cidade.<sup>101</sup>

Diante desse medo e da constante preocupação quanto ao desenvolvimento e modernização da província, as autoridades e elite veem a necessidade de criar medidas para conter tais problemas gerados pela aglomeração de pessoas nas ruas. Essa classe via os pobres como responsáveis “pelo atraso em que a cidade estava imersa e que, portanto, era preciso buscar as soluções para mudança de sua condição”<sup>102</sup>. De acordo com Santana:

---

<sup>99</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

<sup>100</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

<sup>101</sup> SANTANA, Márcia C. B. . **Assistência e Combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920)**. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

<sup>102</sup> Ibidem, 2014

Aqui a prática assistencialista de parte do governo e da sociedade entrava como atitudes muito presentes naquela época com a formação de Comissões de Socorro, construções de abrigos e doações de víveres, roupas e dinheiro às instituições que abrigavam esses pobres e miseráveis.<sup>103</sup>

Como podemos perceber, naquele momento de busca de modernização, a presença constante de “flagelados” nas ruas não era algo bom para o desenvolvimento da província, segundo as autoridades. Diante disso, como já foi dito diversas instituições assistencialistas surgem como tentativa de auxiliar, mas também de controlar essas pessoas. Com isso, as medidas tomadas pelas autoridades visavam fornecer auxílio para os sujeitos excluídos socialmente, tendo por objetivo tirá-los das ruas para que não incomodassem, e não representassem um perigo para a elite, não atrapalhando também o progresso civilizatório da capital da província.

Os colégios, hospitais, hospícios, as comissões de socorros públicos, núcleos coloniais etc., são algumas das medidas tomadas pelas autoridades para “amparar” os pobres acometidos pela seca. Essas instituições eram locais onde essas pessoas eram encaminhadas muitas vezes, pois de acordo com Santana: “A intervenção no espaço urbano, pelas autoridades do estado, emerge com a defesa de construções das instituições assistencialistas no sentido de abrigarem as pessoas marginalizadas do processo de progresso e civilização que a elite local defendia para o Piauí naquele período.”<sup>104</sup>. Diante disso, as medidas assistencialistas visavam afastar essas pessoas do espaço urbano que buscava modernização, bem como do convívio com as pessoas “normais”, ou seja, da elite:

(...) as instituições do colégio dos Educandos Astífices e Asilo dos Alienados foram criados como instrumento de disciplinarização da vida urbana, fruto do medo e da insegurança provocados pelo imaginário das elites dirigentes de Teresina. Nesse período, a capital do Piauí, por necessitar de uma ordenação urbana, retirava de suas ruas meninos órfãos e loucos, isolando-os da sociedade para que vivessem nela apenas homens sadios, normais, higiênicos.<sup>105</sup>

Diante disso, os colégios, por exemplo, eram instituições que buscavam disciplinar as crianças pobres naquele momento. Araújo, por exemplo, ressalta o controle e a vigilância exercidos por esse tipo de instituições assistencialistas. De acordo com ela, “conforme ocorria em todas as instituições, no colégio dos educandos, existia uma hierarquia administrativa que

<sup>103</sup> SANTANA, Márcia C. B. . **Assistência e Combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920)**. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

<sup>104</sup> Ibidem, 2010.

<sup>105</sup> ARAÚJO ,Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

mantinha olhar vigilante por todos os lados”.<sup>106</sup> Ou seja, o colégio era um meio de disciplinação e controle para afastar essas crianças do ambiente da “desordem”. Nas instituições desse caráter as crianças aprendiam os valores morais e cívicos, além de uma profissão para que não entrassem para a vida do crime, o que seria benéfico para a cidade: “o internato (instituição assistencialista) funcionava como um espaço disciplinador, onde os menores deveriam adquirir novos hábitos, o que contribuiria para a tranquilidade pública”.<sup>107</sup> Segundo Araújo<sup>108</sup>, “podemos perceber a existência de uma política assistencialista de molde patriarcal, que objetiva controlar e deter o perigo social, uma vez que esses meninos, lançando-se ao crime, viriam a tornar-se o ‘flagelo da sociedade’”.

Entretanto, a autora ressalta que o colégio de assistência aos meninos pobres apresentava péssimas condições de sobrevivência. Apesar de esses deverem fornecer uma moradia adequada a essas crianças e a possibilidade de um futuro digno, não era isso que geralmente ocorria. O colégio era pautado em normas passadas pela elite dominante que mais que acolher essas crianças e dar-lhes um futuro propício, buscava normatizar essa classe pobre, fazendo com que estes obedecessem às normas da classe dominante a todo custo. De acordo com Araújo, “essas crianças sofriam mais uma desilusão, saindo de seus lares pobres para viverem em um lugar onde eram submetidos a uma rígida disciplina e hostilizações”.<sup>109</sup> Por conta disso, muitos fugiam como tentativa de resistir a essas regras rígidas: “a coragem e a ousadia dos órfãos desobedientes e fujões deixavam transparecer a sua revolta contra o tratamento a que eram submetidos pelos funcionários responsáveis por sua reeducação”.<sup>110</sup> Esse tipo de organização dos colégios, que buscavam uma grande normatização e disciplinarização dos seus alunos, era uma expressão de controle e repressão que as autoridades impunham para com esses pobres.

Além dos colégios, os hospitais eram outros locais onde se distribuía assistência para os pobres flagelados pela seca. Naquele período, por conta das péssimas condições a que, principalmente, os migrantes estavam submetidos (perambulavam por longos caminhos em busca de alimentos), o número de doentes era altíssimo, e conseqüentemente a mortalidade também. Por conta da falta de condições, os homens pobres livres nesse período viviam propícios a diversas doenças, pois além de viverem pelas ruas mendigando, expostos a

---

<sup>106</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

<sup>107</sup> Ibidem, 2010.

<sup>108</sup> Ibidem, 2010.

<sup>109</sup> Ibidem, 2010.

<sup>110</sup> Ibidem, 2010.

condições insalubres, não tinham uma alimentação adequada. Diante disso, eram acometidos frequentemente por diversas doenças como varíola e febres intermitentes, como podemos ver através do documento das comissões de socorros públicos em data de 20 de agosto de 1877:

Recomendo as comissões de socorros desta capital que remeta com a maior brevidade possível, as ambulâncias destinadas aos emigrantes que estão soffrendo de febres intermitentes nas vilas de Campo maior, e que se acha na freguesia de João Luis (...).<sup>111</sup>

As doenças entre essas pessoas eram frequentes, até mesmo por conta do estado a que viviam. Diante de um estado lastimável em que muitas se encontravam, suplicando por socorros, as autoridades através das comissões distribuía alguns remédios, ambulâncias e médicos para algumas comissões com o intuito de conter em parte essas moléstias. Tal como é destacado em relatório provincial do Exm. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira, as condições higiênicas da cidade estavam bastante precárias, o que fazia com que o número de doenças aumentasse, e conseqüentemente, a necessidade de uma maior assistência para os doentes:

Não tem sido dos mais lisonjeiros o estado sanitario da província. Alem das febres de mau carácter, diarrheas e dysenterias, que costumão desenvolver-se por ocasião da mudança da estação e da vasante dos rios, vai tambem grassando em diferentes pontos, com maior ou menor intensidade a variola. No intuito de acudir ao tratamento das pessoas indigentes acometidas de tão terrível moléstia, e de obstar-lhe a propagação, tenho enviado todos os esforços possíveis,(...) já remetendo para as localidades os medicamentos apropriado(...).<sup>112</sup>

Além da destinação de remédios, ambulâncias e médicos para tratar dos doentes, alguns hospitais acolhiam essas pessoas. É interessante destacar que muitas vezes, mesmo não estando doentes as pessoas suplicavam para se internar, visto que nos hospitais teriam auxílio, era, então, uma busca por sobrevivência, pois, estando internada, sua chance de sobreviver era maior. Segundo Santana:

Como era comum essas pessoas passarem fome, isso também gerava uma série de deficiências em seus organismos que permitiam as doenças serem uma constante em suas vidas, daí as epidemias serem parte desse quadro e nos períodos como o da seca chegavam a índices alarmantes.<sup>113</sup>

A demanda por hospitais era muito grande por conta do alto número de doenças, entretanto, os hospitais não eram suficientes para atender todas as pessoas que careciam dos

<sup>111</sup> APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros autorizando o envio de ambulâncias para campo Maior.

<sup>112</sup> NUPEM, Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da província do Piauí ao Exm. Sr. Dr. Manoel Ildefonso de Sousa Lima, 4º vice-presidente da mesma província. Theresina; Typ. Do-Semanario. p. 47.

<sup>113</sup> SANTANA, Márcia C. B. . **Assistência e Combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920)**. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

cuidados médicos. Como forma de atender a esses doentes, as comissões de socorros públicos buscavam, então, distribuir medicamentos, ambulâncias, etc. É importante ressaltarmos que apesar de ser importante para o tratamento dos doentes, os hospitais não representavam apenas uma instituição de ajuda, assim como também os asilos e hospícios. Esses representavam também para as autoridades uma forma de afastar essas pessoas do convívio social, pois como destaca Michel Foucault<sup>114</sup>, a prisão serve como um meio de segregar os ditos criminosos ou delinquentes, do restante da população, tendo controle sobre esses corpos e vigiando-os constantemente, assim como faz o hospital com os doentes, e o hospício com os loucos. Diante disso, essas instituições seriam também um meio de vigilância e controle que as autoridades teriam para com essas pessoas, tendo, portanto, um propósito maior do que apenas amparar os necessitados. A presença de grande número de doentes não era algo bom para a província, pois diante daquele contexto de busca de práticas higienistas, a existência de grande número de enfermos representava também o atraso daquela província, que não conseguia acompanhar as mudanças naquele contexto de busca por modernização.

As prisões representavam uma busca também de controlar essas pessoas que passaram a vagar pela província, sendo um local de exclusão e punição para essas pessoas. De acordo com Monteiro “As cadeias foram espaços institucionais importantíssimos, pois complementava o projeto de disciplinamento dos criminosos.”<sup>115</sup>. Por conta da vinda de migrantes em grande número nos anos da seca, e pela falta de condições que esses enfrentavam, o número de crimes aumentou, sendo frequentes, por exemplo, práticas como a embriaguez, a “vadiagem”, e os roubos, em especial de gêneros alimentícios. É importante destacar que não apenas os homens realizavam esses roubos, mas também mulheres, visto que, as oportunidades de trabalho que apareciam eram na maioria para aqueles, e além disso, muitos dos recursos destinados a suprir as necessidades dos “desvalidos” eram desviados:

Chama atenção a participação efetiva de mulheres nas ações de saques. Em alguns casos, somente havia trabalho em obras públicas para os homens, que recebiam em troca ração alimentar insuficiente para o sustento da família. Havia outro problema - muitas vezes faltavam víveres ou recursos financeiros nos núcleos coloniais e depósitos da Comissão de Socorros Públicos em virtude de desvios realizados por seus encarregados (...).<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** – 25 ed. – São Paulo: Graal, 2012.

<sup>115</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

<sup>116</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. **Zonas de contato no Piauí oitocentista: rotas de retirantes e escravizados**. Artigos Vozes, Pretérito & Devir Ano I, Vol. I, Num.2, 2013.

A prática do roubo de alimentos era algo frequente. Isso se dava por conta da necessidade de sobrevivência daquelas pessoas que sem ter o que comer, viam a prática do roubo como um meio de não morrer de fome: “A prática de roubo em Teresina explicava-se pelas precárias condições de subsistência, pela pressão da miséria, e mais, pela pobreza que dominava o cotidiano do trabalhador”.<sup>117</sup> Diante disso, a prisão irá naquele momento, ser também um meio de controle dessas pessoas vistas, em geral, vistas pelas elites como vagabundas, e levadas ao ócio. Segundo Monteiro:

A força policial local se ocupava, principalmente, de bêbados, desordeiros e ladrões de gado. Muitas vezes estes homens eram vistos como sujeitos paupérrimos, desvalidos, que rejeitavam o trabalho regular pela opção da vadiagem. Por isso, muitos deles, ao serem capturados pelas autoridades, eram maltratados exageradamente.<sup>118</sup>

As prisões foram, então, um dos meios utilizados como tentativa de imposição do controle e da disciplina. Os sujeitos pobres sem “ocupações úteis”, e, portanto, vistos como ociosos, eram em geral maltratados pelas autoridades policiais, que detendo o poder, abusavam deste contra os sujeitos “vagabundos”. Diante desse contexto, as pessoas pobres livres viviam com medo de serem confundidas com os “vagabundos” pelas forças policiais: “... o receio de ser confundido com um bandido ou vagabundo tornou-se mais acentuado a partir de 1870, quando os delegados de polícia de todo o Império passaram a combater a vadiagem, o ócio e a mendicância.”.<sup>119</sup> Mesmo quando roubavam por, muitas vezes, não encontrarem outro meio para se alimentar: “O tratamento dado ao “infeliz” emigrante que furtou o gado provavelmente para matar a fome de sua família demonstra o caos na justiça e o abuso de poder na polícia.”.<sup>120</sup>

Era necessário também que fossem tomadas providências quanto à ocupação útil dessas pessoas para que não se tornassem “perturbadores da ordem”. O controle e a disciplina era para a elite e as autoridades piauienses algo necessário a ser feito para com os imigrantes, para que esses não representassem mais a desordem. Diante disso, o trabalho, ainda que informal, era visto pelas autoridades como uma possibilidade de “conter” esses retirantes, pois por meio dele, o controle era mais fácil. Com isso, na província do Piauí, os migrantes eram

---

<sup>117</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Piauí**: EDUFPI, 2010.

<sup>118</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

<sup>119</sup> COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: **a escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. P. 23-72.

<sup>120</sup> Ibidem, 2016.

aproveitados de início, em alguns serviços informais, trocando sua mão-de-obra por alimentos e roupas. De acordo com Araújo:

Os imigrantes, em Teresina, perambulavam pelas ruas (...). Por falta de emprego público e ou de outras formas de absorção da mão-de-obra, eram aproveitados no serviço de reparos das rampas de talude dos portos do rio Parnaíba em Teresina, na construção de ruas, cemitérios, cadeias e de igrejas (...). Recebiam alimentação, agasalhos e medicamentos doados pelo presidente Sancho [então atual presidente da província].<sup>121</sup>

Diante disso, aos poucos a mão-de-obra dessas pessoas ia sendo aproveitada em obras públicas no ambiente da cidade. O então problema (presença desses “flagelados” na província) devia trazer pelo menos algo de benefício para a cidade, sendo isso feito através do trabalho desses. Na medida em que trabalhavam em obras públicas, além de contribuir para a cidade, esses migrantes estariam menos propícios à vagabundagem. De acordo com Tyrone Cândido, a seca era o momento utilizado pelas elites para suprir seus interesses, sendo que muitas vezes financiavam obras com recursos enviados para lidar com a seca:

As secas eram, nesse sentido, momentos privilegiados para que frações das elites mais afinadas com os interesses modernizadores (...) fizessem implantar seus projetos reformadores, aproveitando a presença de milhares de pessoas desempregadas e cujas plantações de subsistência e pequenos criatórios de animais encontravam-se arruinados pela falta de água.<sup>122</sup>

Diante desse cenário, esses retirantes representando um “atraso social” deviam ser controlados e vigiados para que não trouxessem a desordem, bem como utilizados como meio de contribuir para o desenvolvimento das cidades que viviam. As políticas de socorros e práticas assistencialistas tidas nesse período são vistas atualmente por muitos historiadores como José Olivenor e Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, como meios de controle e disciplinamento social, como já vem sendo destacado. Desse modo, José Olivenor, ao falar sobre a presença de migrantes da cidade de Fortaleza, destaca que esses retirantes no ambiente da cidade e sendo vítimas da miséria, se veem sujeitos ao domínio do governo que os disciplinam. O poder da província toma medidas que controlam esses sujeitos para que esses não trouxessem a desordem e o caos social:

(...) a família retirante torna-se dependente das políticas de socorro estabelecidas pelo governo, as quais visavam, acima de tudo, disciplinar e controlar os mais de cem mil retirantes abrigados em Fortaleza.<sup>123</sup>

<sup>121</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

<sup>122</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **A piedade e a força: o trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX**. Revista mundo do trabalho, Vol. 8, nº 15, janeiro-junho 2016. P. 149-164.

<sup>123</sup> OLIVENOR, José. Metrópole da fome: a cidade de fortaleza na seca de 1877-1879. In: NEVES, Frederico de Castro & SOUZA, Simone de. (Orgs). **Fortaleza: História e cotidiano – seca**. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2002.

Para além das medidas de assistência já mencionadas, a província do Piauí também adotou a política de núcleos coloniais. “(...) foram providenciados aos migrantes terras e casas enquanto o governo fornecia as ferramentas necessárias, roupas e medicamentos”.<sup>124</sup> Esses núcleos representaram naquele momento, uma medida tomada pelas autoridades para conter o “problema” da grande aglomeração desses pobres migrantes nas ruas da província, pois sem meios para sobreviver e sem ocupações úteis, seriam levados ao ócio e a vagabundagem. Segundo Araújo:

No imaginário dos governantes, essa afluência de pobres era ocasião para a desordem, e, por conta disso, tomavam duas providências: estimulavam a saída dessa população sem trabalho e meios de sobrevivência para outras regiões e criavam estratégias de trabalho para a população nômade restante, através de obras públicas e núcleos coloniais.<sup>125</sup>

Diante disso, os núcleos coloniais representaram um meio buscado pelas autoridades para afastar essas pessoas da cidade, contribuindo assim para que essas não atrapalhassem a modernização da mesma. Nesses locais, além de estarem distantes dos ambientes “urbanos”, poderiam fornecer mão-de-obra barata, o que era bom não apenas para as autoridades que afastavam essas pessoas “indesejáveis” das ruas, mas também para os proprietários donos das terras (os contratantes) que tinham força de trabalho sem custos, visto que, as despesas dos agregados eram custeadas pelo governo. “A ação beneficiou os grandes proprietários, que se apropriaram de mão de obra barata sob a subvenção do governo, que custou cerca de 29.323\$727 mil reis”<sup>126</sup>. Diante disso, percebemos, então, que os núcleos coloniais representaram uma relação firmada entre autoridades e os grandes proprietários. Tal como destaca Araújo:

a intervenção de socorros do Governo do Piauí (...) era feita conjuntamente com proprietários rurais que obtiveram tantas vantagens com mão de obra gratuita, a ponto de sugerirem ao governo provincial a criação de núcleos coloniais em suas propriedades, onde abrigariam os emigrantes. Estes núcleos ficariam sob administração de proprietários e as despesas custeadas pelo governo. (...) tinha por objetivos receber imigrantes flagelados pela seca em áreas próximas à capital, de forma a resguardá-las de entradas maciças, evitando, assim, possíveis problemas sociais.<sup>127</sup>

<sup>124</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

<sup>125</sup> Ibidem, 2010.

<sup>126</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

<sup>127</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

Os núcleos coloniais, por exemplo, buscavam afastar as pessoas do centro, levando-os para as propriedades rurais, onde iriam trabalhar e ser, portanto, “úteis” em algo. Eram formados a partir de um acordo entre grandes proprietários rurais e o governo provincial, no qual os proprietários cediam terras e casas para os agregados que passavam a viver em suas propriedades e o governo custearia as despesas com tais pessoas:

na contratação, os proprietários davam aos imigrantes terras e casas, e o Governo, o sustento: roupa, medicamentos e instrumentos para o trabalho agrícola. Essa forma de contrato foi bastante criticada pela oposição (...), sobretudo [pelas] obrigações dos contratantes de núcleos [serem] (...) mal definidas.<sup>128</sup>

Analisando a existência desses núcleos podemos perceber que esses traziam benefícios tanto para os donos das terras como para o governo da província, visto que, o primeiro seria suprido de uma mão-de-obra livre e barata, e o segundo afastaria da cidade essas pessoas que eram vistas com maus olhos pela elite. Desse modo, nos núcleos, os agregados teriam trabalho, não perturbariam o ambiente urbano que buscava cada vez mais modernizar-se, e ainda seriam vigiados e controlados, beneficiando também o proprietário da terra que se favorecia com sua força de trabalho. Portanto, serviam para comportar os imigrantes assolados pela seca evitando assim possíveis conflitos e problemas sociais no contexto da cidade.

Entretanto, como analisa Maria Mafalda Baldoíno, os núcleos coloniais não proporcionavam boas condições de vida para as pessoas que nele moravam. Por conta de o contrato ser mal definido havia uma grande exploração dos proprietários sob os trabalhadores na medida em que nem sempre pagavam o devido. “Diante das moléstias, pobreza, seca e falta de oportunidades, (...) que pairava em cada canto da província, a população pobre ainda teve que conviver com os abusos e a exploração dos fazendeiros por meio dos arranjos de trabalhos nos ‘Núcleos Coloniais’.”<sup>129</sup> Além dessa exploração, as condições na qual os imigrantes instalados nos núcleos viviam, eram péssimas. Não recebiam alimentação suficiente, as condições de moradia eram bastante precárias, além da falta de socorros médicos necessários para o combate das doenças que lhes acometiam. Dessa forma, as condições vividas por esses imigrantes que moravam nos núcleos coloniais eram precárias, sendo, essas, analisadas por Araújo:

<sup>128</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

<sup>129</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

(...) [Quanto] o estado sanitário dos núcleos, observa-se que os imigrantes, mesmo abrigados nos núcleos, passavam fome e miséria em razão de suas próprias condições de vida. Faltava-lhes alimentação necessária à sua sobrevivência. Viviam em choupanas sem condições de higiene e quase nus. Essa situação comprovava o não cumprimento do contrato.<sup>130</sup>

Diante disso, percebemos que nos núcleos coloniais não havia boas condições de vida para esses pobres migrantes, sendo frequente o número de mortes dentro desses, tal como aponta Maria Mafalda Baldoíno Araújo. Além disso, havia casos também de fuga desses migrantes que trabalhavam nos núcleos, pois essa era um meio de resistência contra essa exploração constante a que eram submetidos pelos proprietários da terra e pelas condições precárias em que viviam. Diante disso, alguns preferiam viver na mendicância a viverem de modo precário dentro dos núcleos e ainda serem obrigados a trabalhar. De acordo com Monteiro:

Supõe-se que a evasão [nos núcleos] ocorreu pelo fato de os migrantes não suportarem a exploração da força de trabalho e por serem os acampamentos insalubres, por isso muitos preferiam mendigar a vida miserável de exploração a que eram submetidos nos núcleos.<sup>131</sup>

É importante ressaltar que os contratantes, proprietários rurais, recebiam os recursos necessários para comportar os imigrantes em suas terras, mas não repassavam estes na quantidade que deviam. As péssimas condições de vida enfrentadas pelos agregados nos núcleos não se devia à falta de recursos, mas possivelmente aos desvios destes. Havia desvios de verbas em benefício dos contratantes, que cada vez mais enriquecia, e aumentava seu poder e sua exploração, enquanto que os flagelados continuavam nas mesmas situações, em que diversos morriam por conta das más condições sanitárias.

Apesar desses problemas, Araújo destaca que a criação desses núcleos trouxe alguns benefícios, embora, tenha sido feito com muitas irregularidades e com más condições. Estando sob a administração dos proprietários esses imigrantes eram controlados e disciplinados através do trabalho. Segundo ela:

(...) apesar das falhas do sistema de criação dos núcleos coloniais, essa experiência foi providencial, uma vez que familiarizou os proprietários de terras com o trabalho livre, conseguindo arrancar da ociosidade a população advéncia e integrá-la no trabalho produtivo. [Porém, diversas] evasões

<sup>130</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

<sup>131</sup> MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

foram provocadas pela exploração dos colonos e as péssimas condições de vida enfrentadas nos núcleos.<sup>132</sup>

Diante disso, percebemos que tal como problematiza Araújo, as medidas assistencialistas tomadas durante o período da seca visavam não apenas socorros e auxiliar os pobres migrantes que adentraram a província, mas, essas assistências serviram também como instrumento de controle e disciplina desses sujeitos pelas autoridades. Diante disso, podemos perceber que as políticas assistencialistas mais que ajudar os flagelados pela seca, contribuíram para aumentar ainda mais o controle e a exploração de uma classe sobre a outra. A elite piauiense aumentou ainda mais seu poder devido principalmente aos meios que essa se utilizava para obter benefícios próprios, tal como o desvio de verbas, e, além disso, estabeleceu perante a classe migrante meios de dominação, controle e disciplina, principalmente por meio do trabalho e do estabelecimento de relações de dependência.

### 2.3. Comissões de Socorros Públicos

As comissões de socorros públicos passam a ser uma das instituições criadas para amparar os pobres que sem meios de sobreviver por si mesmos, passam a depender da ajuda das autoridades. Diante disso, eram órgãos de assistências criados pelo governo, que visava fornecer uma ajuda imediata aos acometidos mais intensamente pela seca, os sujeitos que as autoridades chamavam de “indigentes”. Essas comissões, estando presentes em diversos municípios provinciais, buscavam distribuir entre os “miseráveis” os gêneros de primeira necessidade tais como alimentos, roupas, remédios, destinar ambulâncias aos doentes, etc., representando assim, para os migrantes, bem como para os pobres naturais do Piauí, a esperança de sobrevivência naquele momento de seca. De acordo com Edson Holanda Lima Barbosa:

As Comissões de Socorros Públicos foram financiadas com recursos do Ministério do Império requisitados diretamente pelo Presidente da Província sem a necessidade de aprovação prévia orçamentária, mobilizadas em casos de calamidades. Foram designadas diversas comissões para as localidades da capital e interior do Piauí, composta por autoridades locais, em geral: o pároco, o delegado, um coronel ou algum comerciante. Entre suas atribuições estava a compra e distribuição de alimentos entre retirantes e a remuneração pelo trabalho em obras públicas ou núcleos coloniais privados.<sup>133</sup>

<sup>132</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

<sup>133</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. **Zonas de contato no Piauí oitocentista: rotas de retirantes e escravizados**. Artigos Vozes, Pretérito & Devir Ano I, Vol. I, Num.2, 2013.

As comissões de socorros públicos eram organizadas e comandadas pelas autoridades. Nelas, como pôde ser observado através de documentos da própria comissão, havia uma divisão de cargos, em que pessoas da elite piauiense se encarregariam de alguma atividade em cada comissão. As comissões eram compostas por pessoas nomeadas pelas autoridades para assumir os cargos de administração, se encarregando, por exemplo, da compra, e distribuição dos recursos entre os necessitados. As pessoas a que eram oferecidos tais cargos geralmente já atuavam em algum cargo administrativo na província, como por exemplo, o juiz de paz, delegado de polícia, vigário, presidente da câmara, etc.

Desse modo, pode ser observado no documento datado de 30 de abril de 1877, enviado ao juiz de direito, um pedido para que o mesmo tome cargo em uma comissão de socorros:

Chegando ao meu conhecimento que a secca tem sido bastante rigorosa nesse município, dando lugar a que os seus habitantes estejam sofrendo os horrores da fome e da miséria, resolvi nesta data nomear uma comissão composta de (...) o presidente da camara, do vigário e do delegado de polícia, afim de encarregar-se da compra de generos alimentícios e distribuil-os pela pobreza desvalida, o que comunico (...) para seu conhecimento, esperando que, não só aceite dito encargo, como que o desempenhe com o zelo que a caracteriza. Ao juiz de direito.<sup>134</sup>

De acordo com tal documento percebemos que havia uma divisão de cargos dentro da comissão, e que tais cargos eram oferecidos a autoridades da província. Ao analisarmos a documentação que diz respeito à nomeação de pessoas para os cargos administrativos das comissões, é possível perceber que geralmente pedia-se para que o nomeado ao cargo o administrasse com “zelo”, ou seja, para que fosse cumpridos os deveres que lhes eram atribuídos. O seguinte documento, de 22 de maio de 1877, de N° 255, nos mostra, por exemplo, que durante a nomeação pedia-se para que ao ser aceito o cargo, as atividades do mesmo fossem desempenhadas com “o zelo que o caracteriza”:

Venho nesta data nomear uma comissão composta de ... de juiz ... do prezidente da camara, afim de encarregar-se da compra e da distribuição de gêneros alimentícios com a pobreza atacada pela fome, em consequencia da secca que reina nesse município, assim o comunico ao senhor para seu conhecimento, esperando que não só aceite dito encargo , como que o desempenhe com o zelo que o caracteriza.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos destinado ao Juiz de Direito, solicitando que este aceite um cargo na comissão.

<sup>135</sup> APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício para nomeação de cargos nas comissões.

Como pode ser percebido, os cargos eram ocupados por pessoas de elite. Parte dessas, possivelmente não se preocupava com o estado deplorável e de miséria que se encontravam os pobres flagelados pela seca, e por isso, muitas vezes não exerciam seu cargo cumprindo todas as responsabilidades que lhes eram pedidas, pois muitas vezes não utilizavam devidamente os recursos que eram destinados para assistência dos pobres. Entretanto, apesar disso, as comissões naquele momento representavam um auxílio de grande necessidade para diversas pessoas afetadas pela seca.

Era por meio das comissões de socorros públicos que os migrantes que adentravam à província piauiense, e os pobres que aqui já viviam da mendicância, recebiam os principais socorros. Os “indigentes” em geral, homens, mulheres e crianças que não tinham meios de sobreviver e careciam de alimentos, bem como os doentes de remédios, ou até mesmo os pobres que para não andarem nus necessitavam de roupas e não tinham recursos para obtenção das mesmas, eram auxiliados pelas comissões. Diante disso, diversas pessoas sem meios para sobreviver, buscavam por meio dessas instituições a assistência que careciam, suplicando por recursos básicos.

Os requerimentos analisados apontam a grande necessidade da população pobre que sem meios para sobreviver por si mesmo, recorriam às assistências governamentais, que em grande medida, não supriam todas as necessidades existentes. Como exemplo disso, podemos apontar um requerimento do último ano da seca (1879), que nos demonstra o estado de miséria a que muitas pessoas estavam submetidas, sendo as autoridades, por meio das assistências um dos poucos meios a que essa população pobre recorria:

Maria Ribeiro Campos e sua família vem implorar de vossa excelência a graça de mandar socorros pela a comissão ... desta capital com algumas [roupas] de linha para cobrir a vergonha de sua família, pois já não podem aparecer em público, a falta de recurso, ... por que é retirante. Theresina, março de 1879.<sup>136</sup>

Por meio desse requerimento pode ser percebido que até mesmo a vestimenta necessária para cobrir-se estava em falta. Entretanto, os recursos suplicados às autoridades pelos pobres “desvalidos” eram de variados tipos, dependendo em especial das comissões de socorros públicos para atender as suas necessidades básicas. Nomes de pobres que sem esperança de sobrevivência por si próprio aparecem nos documentos suplicando por ajuda das autoridades não somente para “cobrir a vergonha”, mas em especial para matar a fome que

---

<sup>136</sup> APEPI. Palácio da presidência. Correspondência recebida (**requerimentos**), comissão de socorro. Ano 1878. Requerimento em que Maria Ribeiro Campos pede auxílio à comissão de socorros da capital.

passavam. Em documento enviado à comissão de socorros da capital, no ano de 1878 em nome da “pobre e desvalida” Dix Lima Maschima de Jezus, natural da província do Piauí, pode ser observado o teor das súplicas às comissões por auxílio:

Dix Lima Maschima de Jezus, pobre e desvalida, filha de esta província, achando-se em um estado miserável, e uma sua filha só tem faltado hé morrerem. ... em vista da secca ... se tem deslizado nesta província, e em vista do que, vem a si ... humildemente suplicar ... o auxílio destinado aos indigentes, mandando que a comissão de socorros públicos, forneça ... de sereaes e vestuários, como se deprehe de seu miserável estado.  
Theresina 20 de março de 1878.  
Pela a suppe. Manoel Raimundo da silva.<sup>137</sup>

Diversas são as súplicas encontradas nos documentos das comissões de socorros que demonstram o estado de miséria a que muitas pessoas se encontravam. Sendo assim, ao analisar diversos requerimentos que os pobres encaminhavam para as comissões rogando pelo auxílio destinado pelo governo para sua sobrevivência, nos possibilita perceber o estado em que esses se encontravam. Através dos requerimentos, homens e mulheres suplicavam pela “caridade e filantropia” dos homens de poder.

Diante disso, no seguinte documento datado de 1º de dezembro de 1877, de Nº 53, podemos identificar uma resposta das autoridades da comissão da capital ao migrante que já havia suplicado por socorros:

A comissão de socorros desta capital manda fornecer ao migrante João Pereira da Silva, para si e sua família composta de sua mulher e 3 filhos, os cereais precisos para alimentação dos mesmos, (...) de oito dias.<sup>138</sup>

As autoridades através das comissões enviavam alguns produtos para sobrevivência desses pobres. Entretanto, nem sempre supriam a necessidade requerida. Algumas famílias eram numerosas, sendo escassos os produtos destinados. Pode ser percebido em alguns documentos, por exemplo, que havia ordens de distribuição de alimentos diretamente a algumas famílias. Essas muitas vezes requeriam por socorro às autoridades:

A comissão de socorros desta capital manda fornecer aos imigrantes Francisco Alves da costa, com 8 filhos, Manoel Gonçalves de Oliveira com 4 ditos, Manoel correa Pereira, com 12 pessoas de ... família, e Antonio ... – ao primeiro, 25 litros de farinha e 25 de arroz, ao segundo, igual quantidade

<sup>137</sup> APEPI. Palácio da presidência. Correspondência recebida (**requerimentos**), comissão de socorro. Ano 1878. Requerimento em que Dix Lima Maschima de Jezus pede auxílio à comissão de socorros da capital em data de 20 de março de 1878.

<sup>138</sup> APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital que ordena a distribuição de gêneros alimentícios a particulares. Documento de 1º de dezembro de 1877.

de viveres, ao terceiro, 50 litos de farinha, 50 de arroz e 10 de feijão e ao quarto, 10 litros de farinha, 5 de arroz e 4 de feijão. B. de campo maior. <sup>139</sup>

Tal como pode ser observado nos documentos analisados, os alimentos que eram distribuídos pelas comissões entre os migrantes era basicamente farinha, arroz, milho, feijão. Muitas vezes a quantidade de produtos distribuídos aos “desvalidos” pelas comissões eram insuficientes para suprir a fome dos pobres migrantes, bem como as demais necessidades básicas, visto que, esses se faziam presentes em número alto, e nem sempre a distribuição desses alimentos era feita tal como se devia. Diante disso, nota-se nos documentos a existência de grande número de requerimentos que eram enviados para as comissões em busca de socorro. Em alguns casos, devido o grande número de analfabetos entre essa classe, os requerimentos eram escritos por outra pessoa a pedido do solicitante. Em alguns manuscritos, notamos a presença de migrantes cearenses solicitando ajuda do governo da Província do Piauí:

Veronica maria do espirito santo retirante da villa do Sauhá, Província do Ceará, viúva poperrima com cinco filhos de menor idade além de uma irman orfã de pai e mai que a supri e cria, vem implorar de vossa excelência a caridade de mandalla suprir com o vestuário indispençavel para si, filhos e irmã, bem como as comidas que vossa excelência entender em seu coração philantrópico, visto que sendo a caridade, uma filha de Deus ella pode ser mandada destribuhir por hum de suas filhas das quaes faz parte vosso excelentíssimo, nestes termos, espera a supp<sup>e</sup> ser benignamente deferida.  
Theresina 18 de março de 79  
Arrogo de minha may Veronica Maria do Espirito Santo.<sup>140</sup>

No documento acima, percebemos as dificuldades enfrentadas pelos migrantes, que veem a Província piauiense, através dos seus socorros, um meio de sobreviver. Muitas dessas pessoas como já foi destacado eram analfabetas, como é o caso da requerente Veronica Maria do Espirito Santo. Desse modo, seu filho, escreve pedindo auxílio em nome de sua mãe. Mulher pobre e de família numerosa, essa retirante é retrato de milhares de famílias que buscam nos socorros da província do Piauí uma esperança de não morrer de fome. Como consta, além de ser viúva, devendo a si o cuidado de seus cinco filhos, Veronica ainda tinha em seus cuidados uma irmã órfã. A essa família, sem oportunidades de emprego e sem meios de encontrar o sustento, restava o auxílio das autoridades piauienses, província que lhes

<sup>139</sup> APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital ordenando a distribuição de gêneros alimentícios a imigrantes.

<sup>140</sup> APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração. Requerimento de Verônica Maria do Espírito Santo à comissão de socorros da capital em data de 18 de março de 1879.

“acolheu”. Nota-se que dentre os recursos pedidos, percebemos mais uma vez que solicitavam principalmente vestuário e alimentos.

Entretanto, como já foi dito anteriormente, os socorros não eram destinados apenas aos migrantes, visto que, a população pobre natural do Piauí também era bastante expressiva, sendo sua situação agravada com a incidência da seca. Percebemos na documentação apresentada a presença de requerimentos de pessoas que já moravam na província e que com a seca, passaram a depender mais ainda da assistência das autoridades. Em requerimento de 19 de março de 1879 podemos perceber isso:

Luzia Joaquim Roza, natural desta província, pobre desvalida, tem a seu cargo 1 filho menor de nome José, achando-se sem meios alguns de subsistência vem mui respeitosa e implorar de VEX<sup>cia</sup> a graça de mandar socorrel-a com vestuários e alimentos com que o governo está despondo a pobreza para si, e seu referido filho. ... confiada na recta justiça que mui caracteriza ao nobre coração de VEX<sup>cia</sup>.<sup>141</sup>

Nos requerimentos enviados às comissões também é possível notar que os efeitos da seca no Piauí fazia com que pessoas naturais da província migrassem internamente, ou seja, as migrações não se davam apenas de outras províncias para o Piauí, mas também entre os próprios municípios. Manoel de Souza Mourão Sobrinho, por exemplo, migra de Príncipe Imperial para a capital da província Theresina, fugindo dos efeitos da seca na vila em que morava, e, conseqüentemente em busca de maiores possibilidades de sobrevivência na capital. Segundo o seguinte documento podemos analisar tal fato:

Manoel de Souza Mourão Sobrinho, morador da villa de Principe Imperial e de presente nesta capital, tendo emigrado em consequência da grande seca que tanto tem prostrado os moradores d'aquella ... comarca, e por este motivo perdido o supp.<sup>o</sup> todos os bens que até então dispunha e como atualmente se acha em estado de não poder comprar um pouco de fazendas para si e sua família, uma cunhada viúva e 3 filhos menores d'esta, ... vem respeitosa e pedir a VEX<sup>ia</sup>, que lhe mande fornecer alguma (...).<sup>142</sup>

Tal como as migrações, o número de pedidos que as vítimas destinavam às autoridades eram frequentes sendo retratos da grande necessidade que esses estavam imersos. Devemos pensar ainda que tais comissões eram um elo de ligação e ao mesmo tempo de dependência entre duas classes: migrantes e as autoridades/elite. Desse modo, os pobres

---

<sup>141</sup> APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração. Requerimento de Luzia Joaquim Roza em 19 de março de 1879.

<sup>142</sup> APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração. Requerimento de Manoel de Souza Mourão sobrinho à comissão de socorros da capital.

“indigentes” que não tinham meios para sobreviver passam em grande parte a depender desse auxílio que as comissões dispuseram.

Entretanto, apesar de desempenhar um papel de grande importância quanto aos socorros das vítimas da seca, as comissões de socorros públicos representam também para alguns historiadores um meio de lucrar com um problema tão grave e recorrente. Estudiosos da área como Araújo, destacam algumas práticas que eram corriqueiras naquele momento, e que visavam se beneficiar com o então problema.

Nessa perspectiva, Araújo destaca que nas comissões de socorros públicos, havia diversas práticas de desvios de recursos. Segundo ela, por meio dessas comissões muitas pessoas encarregadas de sua administração desviavam parte de seus recursos, utilizando esses órgãos que deveriam ter o propósito de amparar, em meios para adquirir benefícios próprios. Havia o beneficiamento de um grupo com os recursos que deviam ser destinados aos flagelados da seca. Práticas que supriam interesses dessas pessoas encarregadas de gerir esses órgãos:

No Piauí, os municípios assolados pela seca e mesmo aqueles receptores de flagelados, foram constituídos por comissões de socorros públicos (...). Essas comissões eram compostas por elementos responsáveis da comunidade (...) pessoas socialmente qualificadas. Entretanto, quase sempre, tiveram proveito para si ou faziam vista grossa para os desvios de suprimentos, favorecendo parentes, protegidos e, muitas vezes, selando pacto com tropeiros encarregados de transportar socorros.<sup>143</sup>

Desse modo, a autora defende que havia muitos desvios de verbas dessas comissões que beneficiavam quem administrava esses recursos, assim como também parentes desses. Ao invés de socorrer as vítimas da seca, estes enriqueciam a custa da morte de outros, como analisa Araújo, 1991. Os recursos enviados pelo poder central, com isso, eram em partes utilizados não para seu devido fim, mas como um meio de aumentar ainda mais o poder econômico de quem os administravam. Diante disso, essas instituições não realizavam totalmente sua finalidade, tal como devia, pois havia irregularidades na forma como seus recursos eram organizados e distribuídos:

(...) o Governo Central, ao institucionalizar Comissões de Socorros Públicos, propunha-se minorar os clamores da seca, assistindo o flagelado e suprimindo suas necessidades básicas. Agora, a atuação real dessas comissões levou a uma série de irregularidades que, por si, desvirtuaram, em parte, o sentido ideal da política assistencialista do governo central. (...) havia desvios de verbas e irregularidades na distribuição de alimentos e que, mesmo tomando o conhecimento dessas irregularidades, o Governo ‘fechava os olhos aos abusos’ praticados pelo poder local. Tudo isso demonstra o

---

<sup>143</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

compromisso entre os poderes central e local que não deixa de estar vinculado numa forma de política do coronelismo.<sup>144</sup>

É importante nos questionarmos acerca do “papel” que teve as comissões de socorros públicos no Piauí naquele momento de seca. Esse tipo de assistência fornecia “auxílio” a esses pobres migrantes que não tinham meios para sobreviver. Entretanto, tais comissões representavam também um meio de controle para essas pessoas pobres, na medida em que, naquele momento os “indigentes” se viam dependentes em grande parte dessas instituições e necessitavam delas para sobreviver, resultando assim em uma relação de dependência entre migrantes e autoridades, e dessa forma, ficavam sujeitos ao controle estabelecido pelas últimas.

Em um momento em que as autoridades buscavam urbanizar e ordenar o espaço, os migrantes que perambulavam pela cidade eram utilizados também como força de trabalho para a construção de obras públicas, pois esses deviam ter alguma ocupação útil, visto que, a prática da mendicância ao poucos foi sendo mal vista. Segundo Tyrone Apollo Pontes Cândido: “As comissões de socorros públicos (...) tratavam de organizar os retirantes no sentido de selecionar ‘emigrantes válidos’ para os trabalhos executados (...), criando a mobilidade do ‘socorro indireto’, destinado àqueles que deveriam retribuir a prestação de trabalho os auxílios oferecidos (...)”.<sup>145</sup> O auxílio dado pelas autoridades aos “pobres indigentes” passou a ser visto pela elite como práticas mendicantes que deveriam ser eliminadas. Diante disso, o trabalho era o meio mais adequado para se conseguir algo, no caso alimento, roupa, medicamentos etc. Com isso, por meio dessas trocas as autoridades iam cada vez mais firmando laços de dependência entre os pobres migrantes e sua classe. Dessa forma, o seguinte documento de 1877 encaminhado a comissão de socorros do município de Príncipe imperial recomenda que a esmola seja transformada ou substituída pela remunerado pelo trabalho, ou seja, o pobre devia fazer por merecer o auxílio que lhe era dado:

Pelo cidadão Firmino José Rosa, remetto a comissão de socorros, do município de Príncipe Imperial a quantia de (...) de reis, para socorrer as necessidades da população desse município, o que comunico a comissão para seu conhecimento.

Muito servirá que na distribuição de sem<sup>e</sup> quantia sejam aproveitados os esforços dos desvalidos, transformando-se a esmola em remuneração do

<sup>144</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

<sup>145</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **A piedade e a força: o trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX**. Revista mundo do trabalho, Vol. 8, nº 15, janeiro-junho 2016. P. 149-164.

trabalho, o que é mais honroso para quem recebe e mais aproveitado para quem dá.<sup>146</sup>

Os migrantes deveriam dar sua força de trabalho em troca dos auxílios que recebiam do governo (roupas, medicamentos, alimentos etc). Diante disso, as comissões de socorros, para além de socorrer, buscavam induzir essas pessoas ao trabalho, pois só assim, mereceriam os auxílios dados através das comissões. Como pode ser percebido no seguinte documento, a comissão de socorros da capital fornece gêneros alimentícios para imigrantes que trabalharam em obras públicas. Vê-se aqui agora uma relação de troca, como já foi dito, entre migrantes e autoridades:

A comissão de socorros desta capital, fornece a Fr Serafim ... , para sustento dos emigrantes que gratuitamente trabalham na edificação da igreja de S. Benedito, oito sacos com arroz e dois com feijão.<sup>147</sup>

Além disso, é importante lembrar que a preocupação das autoridades em incluir essas pessoas nos trabalhos não se dava somente devido a isso ser mais “honroso” como era apresentado na documentação, mas devido a busca pelo controle dessa população que sem ocupações “úteis” seriam levadas a pratica do ócio e da vagabundagem. Isso pode ser percebido através do documento da comissão de socorros do ano de 1877:

Havendo ahí chegado crescido numero de emigrantes, (...) [que] essa comissão, faça trabalhar em algumas obras de utilidade pública, aqueles que forem sendo socorridos pelo governo, até que, (...) se empreguem eles no seu serviço particular, que cumpre pôr em prática para não os induzir a ociosidade e vagabundagem.<sup>148</sup>

O trabalho era para as autoridades o melhor meio de tirar algum proveito do que até então era um problema: o grande contingente de pessoas. Tais pessoas ofereceriam sua mão-de-obra livre em troca do seu sustento, contribuindo dessa forma para o crescimento das cidades em especial da capital Theresina, com a construção de diversas obras públicas, por exemplo. Sendo assim, em documento da comissão de socorros datado de 15 de outubro de 1877 referente à assistência da comissão da capital, trata sobre a admissão de migrantes em obras públicas, traçando no decorrer do documento algumas recomendações acerca dessa contratação:

<sup>146</sup> APEPI. Socorros Públicos. Qno: 1876-77. SPE. CÓD. 575 ESTN. 05. PARTE 02. Ofício encaminhada a comissão do município de Príncipe imperial em 1877.

<sup>147</sup> APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros da capital em 1877.

<sup>148</sup> APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital incentivando o trabalho em obras públicas.

Comunico a comissão de socorros da capital que a respeito dos emigrantes acolhidos no edifício que servia o quartel de policia, deliberei: 1º empregalos contentemente em alguma obra de utilidade pública;  
 2º fixar-lhes pelos serviços uteis a diária de 300 reis para os adultos, e 150 reis para os menores em estado de trabalhar; (...)  
 5º Autorizal-a a despedir do estabelecimento e suspender qualquer consignação àqueles que se mostrarem avessos ao trabalho ou mal procederem, informando-me previamente.<sup>149</sup>

Como pode ser observado, havia grande preocupação quanto a ocupação dos migrantes que vagavam pelo ambiente da cidade. Esses deviam se ocupar de algo “útil”, ou seja, o trabalho, para que não fossem levados ao ócio, grande preocupação das autoridades. Além disso, na medida em que recebiam assistência do governo, deviam ser merecedores da mesma, devendo ser isso feito através da disponibilização de sua força de trabalho. Ao analisar o documento percebemos que havia ordens de “punição” para aqueles que mal procedessem ou que não se dispusessem ao trabalho.

Diante disso, devemos nos questionar se as comissões de socorros representavam apenas uma ajuda “paternalista”<sup>150</sup> dada pelas autoridades para essas pessoas, ou se as instituições desse caráter, representavam uma forma de controle para com esses pobres. Além disso, devemos nos questionar se tais recursos eram realmente distribuídos entre os necessitados, tal como deviam, pois, como podemos ver, havia algumas pessoas que ficavam responsáveis por tais recursos e pela distribuição dos mesmos, e desse modo, poderia haver desvios ou até mesmo relações clientelistas, onde os encarregados de tais atividades se aproveitariam de sua posição para lucrar com ela.

Entretanto, apesar desses possíveis problemas as comissões de socorros públicos representaram na Província do Piauí um local de esperança para muitas pessoas, que viam na

<sup>149</sup> APEPI. Socorros Públicos. Anos: 1876-77. SPE. CÓD. 575 ESTN. 05. PARTE 02. Ofício da comissão de socorros da capital datado de 15 de outubro de 1877.

<sup>150</sup> O termo paternalismo diz respeito a uma relação de troca de favores estabelecida entre o chefe político e algumas pessoas. O político se aproveitando das necessidades da população, se utiliza disso como forma de manipular esse povo para que continue no poder. Segundo Vitor Nunes Leal (1986), o paternalismo seria uma prestação de favores pessoais entre o chefe político e pessoas da região na qual, a partir dessa relação o político ampliaria sua rede de eleitores, mesmo que ficando muitas vezes numa linha tênue entre o legal e o ilícito. É importante destacar que, em geral, esse tipo de relação é mais frequente em regiões onde a população vive numa situação mais difícil, surgindo, então, para eles a necessidade de se sujeitar aos favores políticos. Devido receberem “ajudas” dos políticos, a população “beneficiada” com esses favores os veem como políticos que os ajudam. Segundo Antonio Luigi Negro (2004), o “paternalismo sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial”. Outro fator que deve ser elencado é que na medida em que os chefes políticos conseguem, por meio da troca de favores, permanecer nos cargos, esses não veem a necessidade de criar políticas públicas de beneficiamento para essa população, pois, preferem manter a relação de dependência entre ambos.

assistência dada pelo governo através dessas instituições, um dos poucos meios de sobreviver à crise provocada pela seca de 1877-79. Alimentos, roupas, ambulâncias remédios etc., foram destinados para atender os migrantes tanto internos quanto vindos de outras províncias, e sem dúvidas serviu como um anteparo inicial às principais vítimas do fenômeno nos diversos municípios da Província do Piauí.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos perceber que a seca de 1877-1879 causou diversos impactos nas províncias do norte do império brasileiro. O grande número de mortes decorrentes da falta de água, de alimento e da incidência de diversas doenças foi altíssimo nesses anos, sendo grande também o número de migrações, visto que, as pessoas buscavam condições de sobrevivência. É notório que esse período foi um momento de grande dificuldade, em especial para os pobres que da terra dependiam.

A partir do que foi analisado foi possível também notar que as constantes migrações não se davam apenas de fora para dentro da província do Piauí. Em alguns documentos foi possível também perceber que essas se davam internamente, na medida em que, retirantes fugiam de um município para outro (em especial para capital), buscando auxílio.

Vimos que durante a segunda metade do século XIX o Piauí ainda não apresentava um grau de desenvolvimento acentuado, tal como a província de Pernambuco, por exemplo. Naquele momento as autoridades piauienses bem como a elite, buscavam a modernização da Província, o que não seria favorecido com a presença de “pobres flagelados” pelas ruas da capital e demais municípios. Diante disso, percebemos que as elites e autoridades viam com maus olhos esses migrantes que perambulavam em busca de auxílio. Eram tratados muitas vezes como “ociosos” e “vagabundos”, sendo isso percebido por meio de algumas fontes analisadas.

Por meio dos diversos documentos trazidos acima concluímos que os migrantes buscavam gêneros básicos para sua sobrevivência, como alimentos, roupas, medicamentos, etc. A situação de vida daquelas pessoas se via cada vez mais agravada com os efeitos que a seca causava, não apenas nas demais províncias, como do Ceará, mas também na do Piauí. A caridade particular, antes incentivada pela igreja, não apenas não dava mais conta de suprir as necessidades básicas desses pobres, mas também passou a ser desestimulada. Ao contrário, a assistência pública passou a ser o meio adequado para assistir esses pobres migrantes. É interessante lembrar que muitas vezes essa assistência era dada com o intuito de vigiar, controlar ou dar “ocupação útil” àqueles povos, com o intuito de reduzir a ociosidade e criminalidade, segundo os discursos das elites e autoridades. O trabalho, portanto, era colocado como meio para conseguir o sustento, e vencer a fome. Assim sendo, muitos migrantes passaram a trabalhar em núcleos coloniais, ou em obras de utilidade pública, passando a ser assim controlados pelas autoridades. A miséria consequente da crise gerada pela seca gerava mão-de-obra barata para as autoridades.

Como meio de assistir a essas pessoas que passaram a circular cada vez mais pelas cidades e pela capital da província do Piauí, as autoridades criaram algumas políticas assistencialistas para conter esse cenário de miséria. Diante disso, a assistência passou a ser de responsabilidade do governo, e cada vez mais necessária naquele contexto. Sendo assim, pudemos notar que as comissões de socorros representaram uma das políticas assistencialistas criadas pelas autoridades, com o intuito de prestar diversas assistências necessárias, mas também de vigiar essas pessoas, que em muitos momentos se faziam incômodas para a elite que buscava modernização.

Durante a construção da pesquisa monográfica pôde ser percebido também que há uma ampla produção historiográfica e literária acerca da seca de 1877-79 referente à província do Ceará. Diversos autores pesquisaram a respeito da seca nesse espaço, bem como sobre os efeitos dessa seca na capital Fortaleza. Entretanto, as pesquisas a respeito dos efeitos da mesma na província do Piauí ainda são em pouca quantidade, apesar do grande número de fontes existentes. Alguns poucos historiadores como Maria Mafalda Baldoíno Araújo e Domingos Neto e Borges, etc., focam exclusivamente no fenômeno tendo como espaço a província do Piauí, sendo consequência disso, um déficit na produção historiográfica que trate sobre o Piauí no século XIX e que tenha como ponto central os efeitos da seca de 1877-79 nessa província. Diante disso, essa pesquisa visou ampliar as discussões sobre tal tema, buscando contribuir para as produções que tratem sobre o Piauí oitocentista.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

**JORNAIS – BIBLIOTECA DIGITAL DO RIO DE JANEIRO:** <  
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 17/06/2018.

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal “**A imprensa : Periódico político (PI)**”. Ano XIII nº 515, 25/08/1877, p. 04.

BN/ HDB. Jornal “**A Época: Órgão conservador (PI) – 1878-1884**”. Ano I nº2, 13/04/1878, p. 4.

BN/HDB. Jornal “**A Época : Órgão conservador (PI) – 1878 a 1884.**” Ano II nº 60, 27/05/1879, p. 4.

BN/HDB. Jornal “**A Época : Órgão conservador (PI) – 1878 a 1884**”. Ano I nº 4, 27/04/1878, p. 1.

BN/HDB. Jornal “**A Época : Órgão conservador (PI) – 1878 a 1884**”. Ano II nº 61, 31/05/1879, p. 3.

BN/HDB. Jornal “**A Época : Órgão conservador (PI) 1878-1884.**” Ano I nº12, 22/07/1878, p. 2

BN/HDB. Jornal “**A Época : Órgão conservador (PI)**” – 1878 a 1884. Ano I nº5, 04/05/1878, p. 2.

BN/HDB. Jornal “**A Época: órgão conservador (PI) – 1878-1884**”. Ano I nº 2, 13/04/1878, p. 1.

BN/HDB. Jornal “**A Época: órgão conservador (PI) – 1878-1884**”. Ano I nº 2, 13/04/1878, p. 4.

BN/HDB. Jornal “**A Imprensa : Periódico político (PI)- 1865 a 1889**”. Ano XIII nº 518, 25/09/1877, p. 4.

BN/HDB. Jornal “**A Imprensa : Periódico político (PI).**” Ano XII nº508, 09/06/1877, p. 4.

BN/HDB. Jornal “**A Imprensa : Periódico político (PI).**” Ano XIII nº 519, 29/09/1877, p 4.

BN/HDB. Jornal “**A Imprensa : Periódico político (PI)**”. Ano XII nº508, 09/06/1877, p. 3.

BN/HDB. Jornal “**A Imprensa : Periódico político (PI)**”. Ano XIII nº 515, 25/08/1877, p. 04.

BN/HDB. Jornal “**A Imprensa : Periódico político (PI)**”. Ano XIII nº 518, 25/09/1877, p. 3.

BN/HDN. Jornal “**A Imprensa : Periódico político (PI).**” Ano XII nº508, 09/06/1877, p. 4.

## **RELATÓRIOS PROVINCIAIS - NÚCLEO DE PESQUISA, HISTÓRIA E MEMÓRIA/UFPI**

### **Núcleo de Pesquisa, História e Memória – NUPEM/UFPI/Núcleo de Microfilmagem:**

NUPEM, Secretaria da policia do Piauhy em o 1º de fevereiro de 1854. – o chefe de policia interino João lustosa da comarca Paranagua. “relatório que dirijo o presidente da província do Piauhy o exm. Snr. João José de oliveira Junqueira a assembleia legislativa provincial aos 2 de julho de 1857. Maranhão. Typographia – constitucional – de I. José Ferreira, 1857.

NUPEM, Relatório com que o 1º vice Presidente da Província, Jose’ Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da província do Piauhy ao Dr. Firmino de Souza Martins. Theresina. Typografia da imprensa, - Rua da Palma. 1879.

NUPEM, Relatório com que o 1º vice Presidente da Província, Jose’ Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da província do Piauhy ao Dr. Firmino de Souza Martins. Theresina. Typografia da imprensa, - Rua da Palma. 1879. p. 14.

NUPEM, Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da província do Piauhy ao Exm. Sr. Dr. Manoel Ildefonso de Sousa Lima, 4º vice-presidente da mesma província. Theresina; Typ. Do- Semanario. p. 47

NUPEM, Relatório com que o excellentissimo senhor Dr. Gracilliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauhy, ao excellentissimo senhor presidente Dr. Francisco Bernardino rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Theresina; Typ. A rua bella, nº 45. 1878. P. 6

### **MANUSCRITOS – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**APEPI. Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital à comissão de Oeiras, se referindo a distribuição de alimentos entre as comissões de socorros.

**APEPI. Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital ordenando a distribuição de gêneros alimentícios a imigrantes.

**APEPI. Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital que ordena a distribuição de gêneros alimentícios a particulares.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos destinado ao Juiz de Direito, solicitando que este aceite um cargo na comissão.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros da capital em 1877.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício destinado a comissão de socorros de Príncipe Imperial a respeito do descumprimento de ordem sobre a distribuição de auxílio.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício para nomeação de cargos nas comissões.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício destinado a comissão de socorros de Príncipe Imperial a respeito do descumprimento de ordem sobre a distribuição de auxílio.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros autorizando o envio de ambulâncias para campo Maior.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital que ordena a distribuição de gêneros alimentícios a particulares. Documento de 1º de dezembro de 1877.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros da capital em 1877.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital incentivando o trabalho em obras públicas.

APEPI. **Comissão de socorros públicos.** Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital ordenando a distribuição de gêneros alimentícios a imigrantes.

APEPI. **Fundo Palácio do Governo.** Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração. Requerimento de Verônica Maria do Espírito Santo à comissão de socorros da capital em data de 18 de março de 1879.

APEPI. **Fundo Palácio do Governo.** Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração. Requerimento de Luzia Joaquim Roza em 19 de março de 1879.

APEPI. **Fundo Palácio do Governo.** Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração. Requerimento de Manoel de Souza Mourão sobrinho à comissão de socorros da capital.

APEPI. **Palácio da presidência**. Correspondência recebida (requerimentos), comissão de socorro. Ano 1878. Requerimento em que Maria Ribeiro Campos pede auxílio à comissão de socorros da capital em março de 1879.

APEPI. **Palácio da presidência**. Correspondência recebida (requerimentos), comissão de socorro. Ano 1878. Requerimento em que Dix Lima Maschima de Jezus pede auxílio à comissão de socorros da capital em data de 20 de março de 1878.

APEPI. **Socorros Públicos**. Anos: 1876-77. SPE. CÓD. 575 ESTN. 05. PARTE 02. Ofício da comissão de socorros da capital datado de 15 de outubro de 1877.

APEPI. **Socorros Públicos**. Qno: 1876-77. SPE. CÓD. 575 ESTN. 05. PARTE 02. Ofício encaminhada a comissão do município de Príncipe imperial em 1877.

APEPI. **Comissão de socorros públicos**. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos da capital ordenando o encaminhamento de ambulâncias para tratar os migrantes acometidos por doenças.

#### Sites:

IBGE, população. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>>.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### Artigos:

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **Zonas de contato no Piauí oitocentista: rotas de retirantes e escravizados**. Artigos Vozes, Pretérito & Devir Ano I, Vol. I, Num.2, 2013.

BRITO, Luciana. **A fome retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX**. Revista Estação Literária, Londrina, Vol. 10B. p. 111-125, jan. 2013.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **A piedade e a força: o trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX**. Revista mundo do trabalho, Vol. 8, nº 15, janeiro-junho 2016. P. 149-164.

CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro: Hermione e Abelardo, a mulher de ouro**. E. ed. Teresina: Convênio APL/UFPI, 1993. 128p. (coleção Re-Viver, 2).

GADELHA, Georgina da Silva; LIMA, Zilda Maria Menezes. **“Cortejo de miséria: seca, assistência e mortalidade infantil na segunda metade do século XIX no Ceará.”** *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 2, p.101-118, ago-nov. 2017.

NEGRO, Antonio Luigi. **Paternalismo, populismo e história social**. Cad. AEL, v. 11, n.20/21, 2004.

NEVES, Frederico de Castro. **A miséria na literatura: José do patrocínio e a seca de 1878 no Ceará**. Revista Tempo, n 22, p. 80-97, 2006.

RÊGO, Ana Regina ou Rêgo, a.r.b.l . **Jornais monarquistas piauienses** - mapeamento da temática republicana no final do segundo reinado. In: 3º encontro nacional da rede alcar, 2005, novo hamburgo -rs. 3º encontro nacional da rede alcar. Novo hamburgo -rs: feevale/rede alcar, 2005.

SANTANA, Márcia C. B. . **Assistência e Combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920)**. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

SOUZA, José Weyne Freitas. **Secas e socorros públicos no Ceará, doença, pobreza e violência (1877-1932)**. Projeto história, São Paulo, n. 52, pp. 178-219, jan.-abr. 2015.

#### **Livros:**

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Na trama urbana, personagens, experiências e imagens** (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **História de vários feitos e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.p. 234-252.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

COSTA FILHO, Alcebíades. **Atividades econômicas e sociedade**. In: A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850 – 1889). Teresina : Fundação Cultural monsenhor Chaves, 2006.

DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** – 25 ed. – São Paulo: Graal, 2012.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto, o município e o regime representativo no Brasil**. Companhia das Letras, 7ª ed. 1986.

LOPES, Maria Antónia. **Pobreza, Assistência E Controlo Social Em Coimbra (1750-1850)**. Palimage Editores, Vol I, 2000.

OLIVENOR, José. **Metrópole da fome: a cidade de fortaleza na seca de 1877-1879**. In: NEVES, Frederico de Castro & SOUZA, Simone de. (Orgs). Fortaleza: História e cotidiano – seca. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2002.

PATROCÍNIO, José do. **Os retirantes**. 1879. Disponível em: <<http://library.umac.mo/ebooks/b24921610.pdf>>. Acesso em: 14/06/2018.

QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro : José Olympio, 2012.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Livraria José Olympio editora, 1938.

#### Teses:

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)**. São Paulo, 2013. Doutorado em História – Programa de Estudos pós-graduados em História – PUC/SP.

BURGARDT, Camila Machado. **A invenção da seca no século XIX: a imprensa do norte e o romance Os retirantes**. João Pessoa, 2014. (dissertação de mestrado no programa de pós-graduação em letras). UFPB/CCHL.

COE, Agostinho Júnior Holanda. “**A assistência em crise: a Santa Casa da misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890)**”. Rio de Janeiro: [s.n], 2013. 203 p. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, 2013.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016

SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: Cultura e política na Teresina da segunda metade do século XIX**. Salvador, 2008. Dissertação de Mestrado em História Social –Programa de Pós-Graduação em História – UFBA.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
 ( ) Dissertação  
 (x) Monografia  
 ( ) Artigo

Eu, Palema Moreira Luz  
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
“A vida no Piauí: Disciplina e trabalho aos peões migrantes  
 (1877-1879)”

de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 17 de setembro de 20 18.

Palema Moreira Luz  
 Assinatura

Palema Moreira Luz  
 Assinatura